



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XII Legislatura

Número: 96

III Sessão Legislativa

Horta, sexta-feira, 20 de janeiro de 2023

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputados Marco Costa e Tiago Branco*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 06 minutos.

Iniciada a sessão com a Agenda da Reunião, foi debatido e votado o [Projeto de Resolução n.º 121/XII – “Recomenda ao Governo Regional a implementação de um sistema de acesso ao miradouro e pontos de interesse da Reserva Natural da Lagoa do Fogo e áreas limítrofes, por shuttle, preferencialmente elétrico, em sistema hop on hop off”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do IL.

Após a intervenção inicial do Senhor Deputado Nuno Barata (*IL*), usaram da palavra a Senhora Deputada Délia Melo (*PSD*), os Senhores Deputados José Pacheco (*CH*), Carlos Furtado (*Indep.*), António Lima (*BE*), José Contente (*PS*), Pedro Neves (*PAN*), Paulo Estêvão (*PPM*), Rui Martins (*CDS-PP*), bem como a Senhora Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e

Infraestruturas (*Berta Cabral*) e o Senhor Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (*Alonso Miguel*).

O Projeto de Resolução foi aprovado por maioria.

Proferiram declarações de voto os Senhores Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), Vasco Cordeiro (*PS*), Carlos Furtado (*Indep.*) e Rui Martins (*CDS-PP*).

Posteriormente passou-se para a análise do [Projeto de Resolução n.º 143/XII – “Denúncia do acordo entre a Região e a BENCOM para o fornecimento de fuelóleo e início de novo processo de contratação pública”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Após a intervenção do Senhor Deputado António Lima (*BE*), usaram da palavra a Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*) e os Senhores Deputados Rui Martins (*CDS-PP*), António Vasco Viveiros (*PSD*), Vasco Cordeiro (*PS*), António Lima (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Carlos Furtado (*Indep.*).

Submetido à votação o diploma foi novamente aprovado por maioria.

Para apresentação do [Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução n.º 144/XII – “Criação de um plano regional de poupança de energia e medidas de apoio às famílias e empresas para estabilização dos preços de bens e serviços”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, usou da palavra a Senhora Deputada Sandra Dias Faria (*PS*), seguindo-se a votação que registou a aprovação por unanimidade.

Aberto o debate sobre [Projeto de Resolução n.º 144/XII – “Criação de um plano regional de poupança de energia e medidas de apoio às famílias e empresas para estabilização dos preços de bens e serviços”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, usaram da palavra os Senhores Deputados Carlos Freitas (*PSD*), José Pacheco (*CH*), Paulo Estêvão (*PPM*), Pedro Pinto

(CDS-PP), a Senhora Deputada Vera Pires (BE) e a Senhora Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral).

O diploma em apreço foi aprovado por maioria.

O último ponto da Agenda da Reunião tratou-se do [Pedido de urgência em comissão do Projeto de Resolução n.º 145/XII – “Recomenda ao Governo Regional a utilização do Regime Jurídico de Preços”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do CH, mais precisamente pelo Senhor Deputado José Pacheco, o qual foi aprovado por unanimidade.

Por fim foi aprovada por unanimidade a Proposta de Deliberação da Mesa que declara findo o período legislativo de janeiro de 2023

Os trabalhos terminaram às 15 horas e 49 minutos.

Presidente: Muito bom dia a todos. Vamos dar início aos nossos trabalhos com a chamada.

Tem a palavra o Senhor Secretário.

Eram 10 horas e 06 minutos.

Secretário: Bom dia,

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

Andreia Martins Cardoso da Costa

Berto José Branco Messias

Célia Otelinda Borges Pereira

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Joana Pombo Sousa Tavares

João Vasco Pereira da Costa

José António Vieira da Silva **Contente**

José Gabriel Freitas **Eduardo**

José Manuel Gregório de **Ávila**

Lubélio de Fraga **Mendonça**

Manuel José da Silva **Ramos**

Maria Isabel Góis **Teixeira**

Maria Valdemira Gouveia Andrade **Carvalho**

Mário José Dinis **Tomé**

Marta Ávila **Matos**

Patrícia Maria Melo **Miranda**

Rodolfo Paulo Silva Lourenço da **Franca**

Rui Filipe Vieira **Anjos**

Sandra Micaela Costa Dias **Faria**

Tiago Alexandre dos Santos **Lopes**

Tiago Dutra da Costa Rodrigues **Branco**

Vasco Alves **Cordeiro**

Vilson Filipe da Costa Ponte **Gomes**

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Pacheco da **Ponte**

Ana da Ascensão Moniz Arruda **Quental**

António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**

Carlos Eduardo da Cunha **Freitas**

Délia Maria **Melo**

Elisa Lima **Sousa**

Flávio da Silva Soares

Jaime Luís Melo Vieira

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

José Joaquim Ferreira Machado

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Carlos Cota Soares

Marco José Freitas da Costa

Maria Guilhermina Ourique Moniz Silva

Maria Salomé Dias de Matos

Nídia Manuela de Sousa Lopes Inácio

Paulo Alberto Bettencourt da Silveira

Paulo Duarte Gomes

Sabrina Marília Coutinho Furtado

Susana Alexandra Gomes Soares

Vitória Alexandra Correia Pereira

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo Lima

Vera Lúcia Pinheiro Pires

Partido Popular Monárquico (PPM)

Gustavo Valadão Alves

CHEGA (CH)

José Eduardo Cunha Pacheco

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto Barata Almeida Sousa

Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente Neves

Independente

Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado

Presidente: Muito obrigado, Senhor Secretário.

Estão presentes 52 Senhoras e Senhores Deputados, o que significa que temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Senhoras e Senhores Deputados, vamos entrar no ponto 8 da nossa Agenda:

Projeto de Resolução n.º 121/XII – “Recomenda ao Governo Regional a implementação de um sistema de acesso ao miradouro e pontos de interesse da Reserva Natural da Lagoa do Fogo e áreas limítrofes, por shuttle, preferencialmente elétrico, em sistema hop on hop off”.

É uma iniciativa apresentada pela Representação Parlamentar do IL. Tem a palavra o Senhor Deputado Nuno Barata para a sua apresentação.

(* **Deputado Nuno Barata (IL):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Secretária Regional:

Este é um Projeto de Resolução que já foi apresentado. Dispensa mais uma apresentação. Já teve a bonomia de introduzir na sociedade açoriana, e micaelense em especial, algum debate sobre a matéria, como aliás ontem vimos pela apreciação de uma Petição que veio a público, sensivelmente, dois meses depois da apresentação deste diploma, aqui, nesta Casa.

Suscitou já bastante debate público.

De referir que, entretanto, apresentámos uma proposta de substituição integral que altera o último ponto resolutivo, onde tínhamos uma redução da taxa em 50% de utilização, para residentes, transformando-a em gratuita.

Foi uma das vantagens deste tempo todo de debate que foi possível ter, quer na Comissão, quer na sociedade açoriana.

Portanto, desse ponto de vista, pouco mais há a acrescentar a esta medida.

De resto, os “pais da criança” e os “pais adotivos da criança”, certamente terão muito mais a dizer do que eu.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado Nuno Barata.

Está apresentada a iniciativa.

Estão abertas as inscrições. Tem a palavra a Sra. Deputada Délia Melo.

(*) **Deputada Délia Melo (PSD):** Obrigada, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhora e Senhores Membros do Governo:

A Iniciativa Liberal traz-nos aqui novamente, o seu Projeto de Resolução depois já ter baixado a Comissão e de termos tido a oportunidade de analisarmos, com mais pormenor, aquelas que eram as propostas apresentadas.

O que, de facto, a Iniciativa Liberal recomenda ao Governo, é a implementação de um sistema que permita disciplinar o acesso ao Miradouro da Lagoa do Fogo e também organizar a circulação em toda a zona envolvente da mesma.

Nós sabemos que, de facto, temos de pugnar pela preservação do ambiente e o Grupo Parlamentar do PSD é um acérrimo defensor do seu património natural, do património natural dos Açores e também empenha-se na proteção do mesmo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: O que é certo é que a Lagoa do Fogo é um ex-libris dos Açores. É dos Açores, mas está muito mais próximo dos micalenses e talvez, diria até, que é mais acarinhado pelos micalenses, devido à geografia afetiva que temos com aquele espaço, nós micalenses.

E há que garantir, de facto, a sustentabilidade do espaço, a sustentabilidade ambiental, para o usufruto do mesmo, para que os residentes possam usufruir do espaço, em primeira instância, e também todos os seus visitantes, porque só assim teremos, de facto, sucesso no setor do turismo.

Nós sabemos que é um dos principais pontos de visitação de atração turística na ilha de São Miguel, e que, na época alta, há vários constrangimentos devido à concentração de muitas pessoas, tanto locais como turistas naquele espaço.

Tratando-se de uma zona protegida, a gestão de toda a sua envolvente é complexa, mas importa, de facto, intervir no sentido de disciplinar a visitação.

Este é um trabalho que também já está a ser pensado pelo próprio Governo Regional e, prova disso, é que existe no Plano Anual Regional, deste ano, uma verba inscrita para a implementação de um sistema de gestão de fluxos turísticos no maciço a Lagoa do Fogo, que é da responsabilidade da Secretaria Regional de Turismo, Mobilidade e Infraestruturas.

É do conhecimento público. Estamos a falar no valor 350 mil euros, que está no Plano para este ano e será replicado nos próximos anos, até 2026.

Pretende-se, realmente, agir e esta medida que o Governo Regional está a levar a cabo vai ao encontro de parte daquelas que são as pretensões também aqui explanadas no Projeto de Resolução da Iniciativa Liberal.

Foi de igual modo criado um grupo de trabalho, em dezembro último, para estudar e apresentar uma forma de operacionalizar as medidas para a salvaguarda daquele nosso património natural, porque antes de qualquer

ação, importa estudar, importa fazer um levantamento estatístico, para podermos ter dados que sustentem uma intervenção mais fundamentada.

O grupo poderá, de facto, consolidar parte daquelas que são as propostas apresentadas, ou até apresentar outras, ou, enfim, algumas alternativas àquilo que são as propostas da Iniciativa Liberal. Para isso é que serve.

Portanto, vai estudar para depois poder intervir. Temos de ter, por exemplo, em conta a sazonalidade. Temos de perceber questões que só com um levantamento estatístico teremos dados suficientes, então, para fazermos, ou tomarmos algumas ações.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Da parte da Iniciativa Liberal, e já foi aqui referido pelo Senhor Deputado Nuno Barata, houve a preocupação de apresentar uma proposta substituição em relação ao último ponto, garantindo assim a gratuidade do acesso à Lagoa do Fogo, por parte dos residentes, adotando-se, de resto, o mesmo procedimento que já existe noutros parques naturais, também dos Açores.

No fundo, aquilo que se nota aqui é que há uma convergência entre aquilo que é a intenção tanto do proponente desta iniciativa, como da parte do próprio Governo Regional, em garantir um acesso disciplinado à Lagoa de Fogo, e em proteger as suas áreas limítrofes, para que se consiga realmente preservar as singularidades daquele complexo com características geológicas únicas.

O importante é que as soluções encontradas se coadunem com aquilo que são os princípios da sustentabilidade ambiental e também financeira.

Disse.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Senhora Deputada.

Tem a palavra a Senhora Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas. Faça favor, Senhora Secretária Regional.

(*) Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Muito obrigada.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhores Deputados, e em particular Senhor Deputado Nuno Barata, congratulo-me com a apresentação desta Proposta de Resolução.

Já tive oportunidade, na Comissão, de discorrer um pouco sobre aquilo que é o entendimento do Governo relativamente a essa matéria.

Gostaria também de, aqui, de alguma forma, transmitir aquilo que são as nossas preocupações relativamente à sobrecarga que alguns pontos de visitação da ilha de São Miguel (e não apenas na ilha de São Miguel, mas fundamentalmente na ilha São Miguel, e dentro da ilha de São Miguel, temos a Lagoa de Fogo, que é aquilo que nos ocupa hoje) como um ponto de visitação muito procurado por visitantes e por residentes e isso traz, sem dúvida nenhuma, uma sobrecarga e uma preocupação adicional ao Governo Regional.

Gostaria de dizer que já o ano passado tomámos algumas medidas, porque esta preocupação não é de hoje, nem é de ontem. Quem reside, em São Miguel, vai-se apercebendo da necessidade de tomar algumas medidas e fazer alguma coisa para retirar esta carga que existe, sobretudo, na época alta e em determinados períodos do dia, naquele parque natural, naquele território que todos nós queremos e devemos preservar.

Portanto, o ano passado, dizia eu, já tomámos algumas medidas, designadamente aquelas que foram possíveis de tomar dentro do espaço temporal que tínhamos, designadamente os parques pagos, alguma sinalética vertical e o apoio da PSP para ajudar a disciplinar todo o ordenamento no acesso à Lagoa do Fogo.

Este ano, obviamente, queremos ir mais longe, de algum modo indo ao encontro dessa resolução, mas também pela necessidade que se verifica, quando nós, no terreno, percebemos que é preciso fazer algo, porque há aqui um conjunto de razões que nós temos que ter em conta.

Primeiro, e como eu já referi, o impacto ambiental de uma afluência grande de pessoas e concentração em determinados períodos do ano e do dia.

Por outro lado, a imagem que isso transmite aos nossos visitantes e também aos nossos residentes, uma imagem a quem nos visita de uma experiência menos positiva, e nós queremos que os nossos turistas levem dos Açores uma experiência muito positiva, porque obviamente estão muito concentrados, querem tirar fotografias e tínhamos os carros todos mal-estacionados. Uma falta de ordenamento grande, reconhecemos isso.

Por isso, o ano passado já foram tomadas algumas medidas (e em relação aos nossos residentes), porque isso transmite a imagem de alguma massificação que é apenas localizada nesses locais de visita, mas que pode transmitir a ideia de que há um turismo um pouco desordenado, e isso não é bom para o nosso destino, não é bom para os residentes, porque os residentes têm de estar do lado dos turistas.

O turismo tem de ser bom para quem nos visita e tem de ser bom para os residentes.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Portanto, é preciso atuar para que não se passe essa falsa imagem, essa falsa ideia, de alguma massificação, quando na verdade se trata de uma concentração específica naquela zona.

Por outro lado, e como todos sabem, nós somos um destino certificado pela reputada instância internacional EarthCheck.

Já estamos com um nível 3-prata, a caminho de termos o nível ouro, em 2024 e isso requer um conjunto de preocupações e de ações e de medidas para que possamos atingir esse objetivo. E para atingir esse objetivo, nós não podemos continuar a ter aquela situação na Lagoa de Fogo e em outros pontos de visitação de São Miguel e de outras ilhas.

Além do mais, temos a cartilha da sustentabilidade em que todos os subscritores se comprometem com um conjunto de ações a desenvolver e esta é uma das ações que está na cartilha de sustentabilidade, resolver o problema e ordenar o acesso à Lagoa do Fogo.

E, por isso, este projeto já traz um conjunto de recomendações que podem dar ajuda nesse sentido e nós estamos a trabalhar. Como aqui já foi referido, foi constituído um grupo de trabalho. Esse grupo de trabalho é multidisciplinar. Dentro da Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade, Infraestruturas, felizmente temos essas valências todas, desde as obras públicas, ao turismo, à mobilidade e, portanto, aos transportes.

Há um grupo de trabalho constituído exatamente com essas três áreas.

Há uma linha orçamental no Plano 2023, prevista exatamente para dar resposta à situação de um eventual concurso e caderno de encargos, que se venha a fazer e outros investimentos limítrofes, designadamente em parques de estacionamento e capacidade de ordenamento de trânsito.

E, portanto, neste momento, o grupo de trabalho está a funcionar, está a estudar os fluxos turísticos, o tipo de equipamento, os parques de

estacionamento, a bilhética, os itinerários, etc., para podermos depois lançar o concurso público.

Uma coisa é certa:

Vamos conseguir dar o passo todo em 2023?

É possível que não possamos dar o passo completo, mas gradualmente, em progresso e com vontade de resolver esta situação, eu penso que já muito vai ser feito em 2023.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Secretária.

Pergunto se há mais inscrições?

Senhor Deputado José Pacheco, faça favor.

(*) Deputado José Pacheco (CH): Obrigado, Senhor Presidente.

Bom dia, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Apenas para dizer que o Chega acompanha este projeto e vemos aqui a importância que tem, preventivamente, começarmos a tratar deste tipo de assunto.

Todos estamos de acordo que é preciso preservar a Lagoa de Fogo e toda a sua área envolvente, mas também estamos todos de acordo que precisamos do turismo, que é uma mais-valia económica para esta Região, mas sem destruir o que temos.

Este projeto que a Iniciativa Liberal nos traz, já cria aqui uma solução que não deixa o caos acontecer ali e gostaria noutros locais dos Açores,

consoante as coisas forem caminhando, consoante a necessidade, assim o fosse pedindo, termos também esse tipo de ordenamento.

Neste momento só falamos disso, depois, a nível turístico, temos muito para fazer, passando pela animação, a preservação, enfim, à criação.

Neste caso em concreto, é necessário, é fundamental começarmos imediatamente a fazer isto, seja na Lagoa de Fogo, seja noutros locais.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

A Mesa aguarda mais inscrições.

Senhor Deputado Carlos Furtado tem a palavra. Faz favor.

(*) **Deputado Carlos Furtado** (*Indep.*): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Essa semana temos um período de plenário muito interessante, muito comunista.

Começando pelo primeiro assunto desta semana, que foi a sessão de perguntas, em que percebemos que dos 60 milhões para habitação, vão todos para habitação pública e nada para a privada. Depois houve uma iniciativa de educação inclusiva em que se quis retirar o poder de influência nas decisões sobre a educação dos filhos.

Depois houve as refeições escolares, onde se procurou, a todo o custo, deixar um número considerável de regras sobre a alimentação dos nossos filhos nas escolas, que pouco faltou para dizer se a sopa era ralada ou não era ralada.

Agora voltamos a falar do acesso à Lagoa do Fogo condicionado e ainda vamos falar de um controlo absoluto do funcionamento das nossas empresas na Região, que ainda há de se falar de hoje.

Portanto, daqui até à Coreia do Norte já nem falta muito, estamos lá perto.

Estranho como é que o partido, dito liberal, vem para aqui falar de situações que não lembram ao diabo.

No limite, podemos ter aqui, que daqui para lá, segundo o Projeto de Resolução do Senhor Deputado Nuno Barata vai ser permitido, por exemplo, ir de autocarro, a gasóleo, até a Lagoa de Fogo, mas de automóvel elétrico não é possível.

Portanto, no limite, temos essa situação. Pasmem-se!

São situações que eu, sinceramente, não percebo.

É um Projeto de Resolução que, como a Senhora Deputada Délia Melo, disse, e muito bem, não identifica se o modelo é de verão ou de inverno, ou se vai haver diferenciação na sazonalidade; não garante, em absoluto, que os açorianos possam ir no dia que entenderem e há hora que assim precisarem, seja de verão, seja de inverno, à Lagoa do Fogo, porque têm de utilizar especificamente um transporte que vai ser protocolado, ou que vai ser dada à exploração a uma empresa privada, para acesso à Lagoa do Fogo.

Isso num país democrático, num país onde os direitos, liberdades e garantias devem ser asseguradas, estamos a entrar aqui numa camisa de forças que, sinceramente, eu não sei onde é que isso vai parar.

Eu acho que os senhores deviam fazer uma reflexão, a saber o que é que querem para a nossa sociedade, o que é que querem que os nossos filhos venham a perceber que estamos aqui a legislar, porque eu, sinceramente, não consigo perceber isso.

Como também não consigo perceber que se tenha de discriminar o acesso à Lagoa do Fogo.

Eu entendo perfeitamente que a descida à Lagoa do Fogo deve ser condicionada com pareceres técnicos, seja 40 pessoas, 50 ou 60 pessoas. É aquele o limite, que só pode descer à Caldeira. Muito bem!

Que o acesso à Lagoa do Fogo só possa ser 500 carros por dia, ou 400 ou 300, também percebo.

Agora não vamos entrar aqui nessa camisa de forças que tem de ser no autocarro X, da empresa Varela, se calhar (só falta dizer isso), ou da empresa Y; que o transporte lá acima só pode ser feito desta forma.

Meus senhores, eu não quero viver num país que seja assim, numa região que seja assim.

As pessoas, pela formação que têm tido, pela educação que se tem procurado inculcar na sociedade, têm o direito de interagir com o seu meio ambiente e o que se tem notado no decorrer do tempo é que as pessoas estão sensíveis aos problemas ambientais.

Não vamos criar aqui mais dificuldades a quem reside na Região, independentemente de o acesso ser gratuito, ou não gratuito, tem que estar dependente das horas, tem que parar em seis pontos. O Projeto de Resolução não diz quanto é que leva em cada paragem. Ou seja, por hipótese, o indivíduo, se quiser visitar os seis pontos, se calhar, tem que fazer aquilo durante o dia inteiro. Porque ele para no primeiro ponto, o autocarro vai embora, depois volto o autocarro para parar no segundo ponto.

Eu não sei como é que isso se faz.

O Projeto de Resolução não diz como é que isso se faz.

Em função disso, estamos aqui a votar um Projeto de Resolução... Está bem que se pode dizer que é um Projeto de Resolução, que isso vale o que vale.

Não!... É um Projeto de Resolução, mas há uma linha orientadora que sai a partir de um Projeto de Resolução que, ou concorda-se, ou não se concorda.

Sinceramente, eu não concordo, como não concordo, e perdoem-me aqueles que são mais sensíveis ao ambiente, porque eu também sou e já mostrei provas disso quando falei da incineradora, mais do que uma vez aqui nesta sala. Eu sou sensível ao ambiente, mas também não consigo perceber que

não se possa construir absolutamente nada na Lagoa do Fogo, porque se assim for, se formos entrar nesse preciosismo, a primeira coisa que temos de fazer agora é destruir todo o caminho que vai para a Lagoa do Fogo: o asfalto vai embora, as valetas vão embora, vai desaparecer tudo para voltar ao seu estado natural.

Que diabo!... Sejamos coerentes, sejamos mais flexíveis àquilo que são as realidades atuais.

Não fiquemos presos a essas ideologias extremistas.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Vou tentar recentrar o debate... Senhor Presidente do Governo, peço desculpa, lamento, não tinha reparado, que estava na sala.

Em primeiro lugar, ontem já debatemos este assunto; não o Projeto de Resolução, mas um assunto mais vasto da Lagoa do Fogo, do ordenamento do acesso, da sua importância enquanto espaço natural, emblemático e fundamental para a preservação ambiental da ilha de São Miguel, em particular.

Agora debatemos uma possível solução, ou pelo menos parte de um conjunto de soluções que são necessárias para aquele espaço e para o acesso ao rodoviário.

Esta proposta, naturalmente, tem vários pontos.

No que diz respeito ao abandono do projeto que está em cima da mesa e que a Secretaria da Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, que na anterior legislatura, no caso da Secretaria do Ambiente, Turismo e Energia,

começou a desenvolver e que este Governo adotou, passe a expressão, e depois também introduziu alterações, sempre nos mereceu muitas reservas. E aquilo que nós percebemos depois, até no conjunto de audições que foram feitas sobre este Projeto de Resolução e sobre a Petição que já debatemos ontem, é que de facto era um projeto desadequado, demasiado grande e que, na nossa opinião, nem sequer conseguiria contribuir para resolver aqueles que são os problemas do acesso àquele espaço e do ordenamento daquele espaço.

A Senhora Secretária já admitiu, e é bom que o Governo naturalmente reconheça, e não é a primeira vez, também tenho que ser justo, que tem que se fazer alguma coisa no acesso àquela área e também, como disse bem, a Senhora Secretária, não é só naquela área. Há outros locais da ilha de São Miguel, principalmente (esperemos que esses problemas não surjam noutras ilhas) onde há problemas no acesso a espaços naturais, que têm naturalmente uma pressão de visitação já significativa, e, até pelo modelo de desenvolvimento do turismo que nós temos, e isso também é uma reflexão que é necessária fazer, leva a que grande parte das pessoas se desloquem em viatura própria, ou viatura de aluguer.

Isso leva naturalmente a uma pressão de viaturas em espaços que não comportam esse número de viaturas muito grande.

E é facto que na Lagoa de Fogo há, por vezes, quase bloqueios à circulação, há estacionamento desordenado, situações até que podem pôr em causa a segurança das pessoas, porque podem impedir, por exemplo, a passagem de viaturas de socorro.

Ou seja, como tem acontecido (não aconteceu nos anos de pandemia, como é óbvio e por motivos mais do que conhecidos, mas como aconteceu este ano e como já tinha acontecido em anos anteriores), estas situações não se podem repetir.

É certo que não se consegue resolver, e aí também admitimos que é assim, tudo num ano, mas é preciso que se comece a resolver., mitigando, no imediato, as situações mais graves, mas e como os peticionários, na Petição que debatemos ontem, alertavam, é necessário efetivamente um Plano que seja integrado e que seja desenvolvido, efetivamente, de forma integrada, pensada e que não se limite a criar soluções casuísticas que depois sem esse planeamento, não terão os efeitos necessários.

Indo àquilo que a Iniciativa Liberal nos propõe, em concreto, já referi que nós estamos de acordo com que se abandone o projeto de requalificação do miradouro. Uma coisa é uma requalificação do miradouro, como também referi ontem, deve ser sempre tida como algo que deve ser estudado e feito com todos os cuidados; outra coisa é a criação de um edifício com uma dimensão que nos parece desadequada.

Por outro lado, a criação de um transporte, com o modelo *hop on hop of*, ou o chamado *shuttle*, aqui, neste Projeto de Resolução, é uma solução que para nós faz parte desse modelo integrado que deve ser desenvolvido.

Deve fazer parte, porque, de facto, como referi, o problema do número de viaturas que acede àquela área é mais do que evidente. Ou seja, até prova em contrário, não há melhor forma de reduzir o número de viaturas, do que criar alguma forma de transporte coletivo.

E a Iniciativa Liberal o que nos propõe é efetivamente essa ideia base.

Diria que talvez não fosse necessário, ao contrário do que diz o Senhor Deputado Carlos Furtado, definir quantas paragens, quais as paragens (essa matéria deve fazer parte do estudo que o Governo deve fazer para perceber exatamente quais são os melhores locais para essas mesmas paragens), mas julgo eu que a Iniciativa Liberal não discordará que ajustes àquilo que está aqui, no que diz respeito ao número de paragens e os locais, poderão ser

feitos em função de uma melhor utilização e otimização dos próprios percursos.

Depois resolveu também a Iniciativa Liberal, e em nosso entender, bem, garantir a gratuidade do acesso a residentes, através do shuttle. Essa matéria, para nós, é uma questão de princípio, não poderíamos concordar e não nunca concordaremos que se cobrem portagens, ou qualquer tipo de taxa, para acesso a espaços públicos numa estrada regional e essa garantia dá-nos o conforto suficiente e a segurança suficiente para votar favoravelmente este Projeto de Resolução, apelando ao Governo que efetivamente planeie esta implementação, mas planeie de uma forma integrada, não se ficando pelo projeto do shuttle, mas pensando também, por exemplo, e aí é matéria mais do Senhor Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, no que diz respeito ao acesso à Caldeira.

Bem sei que dirá que o projeto de construção de requalificação do edifício tinha a ver com isto, mas não é a única solução de modo algum para esse acesso.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Senhor Deputado José Contente, faça favor.

(*) **Deputado José Contente (PS):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, entende que esta matéria é séria, é sócio controversa face aos desenvolvimentos que tem tido, e por isso merece toda a atenção desta Câmara.

Sem querer transformar isto numa introdução de grande enquadramento geomorfológico, porque não é disso que se trata, mas a verdade é que nós estamos a falar do vulcão de Água de Pau, que está situado na zona central,

da ilha de São Miguel; que teve uma evolução, em termos geológicos, complexa, é um vulcão palingenético, por isso quer dizer que passou por várias fases, sendo uma caldeira de abatimento, onde tem uma lagoa no seu interior, e que tem várias formações vulcânicas que lhe dão aquele enquadramento e aquela beleza que para uns até foi apelidada “da sua namorada”.

Nós não temos essa noção, nem temos a noção de “sermos pai de criança” nenhuma que tenha a ver com esse “namoro”, mas temos a noção que este objeto é fundamental para ser discutido nos moldes que têm vindo a ser discutido ao longo do tempo.

A verdade é que esta questão é mais vasta e para nós a visão integrada disto tem a ver com alguns conceitos base que acabam por estar vertidos no Decreto Legislativo Regional 15/2012, que enquadrou as questões da biodiversidade, mas também as questões relativas a áreas selvagens e aves aquáticas que integram esta matéria.

É por isso que alguns já exprimiram aqui ontem nos relatórios, a questão diz ser um sítio Ramsar, que é tão pouco e simplesmente, uma Convenção Internacional da década de 70, realizada na cidade de Ramsar, no Norte do Irão, onde as pessoas se comprometeram, nessa Convenção Internacional, a respeitar algumas situações que têm a ver com situações da área da ecologia. É também uma reserva natural de acordo com a classificação tipificada no Decreto Legislativo Regional, que impõe algumas obrigações, a quem faz a sua gestão, de modo a preservar toda a fauna, toda a flora, mas também as questões que têm a ver com os enquadramentos geomorfológicos que existem nesta Caldeira de abatimento, onde no seu interior há uma lagoa.

Gostaria de dizer também que as questões ambientais podem ter uma vertente mais racional, mais emotiva, mas é preciso que elas sejam devidamente enquadradas no âmbito daquilo que são estudos mais técnicos

e também são as perceções das populações e daqueles que, de algum modo, entende o ambiente como fator importante nas decisões que os Governos têm de tomar.

Cingindo-nos um pouco agora à questão da Resolução, é verdade que o Partido Socialista também era absolutamente contrário à questão da cobrança de taxas aos residentes.

Em boa hora, o Senhor Deputado Nuno Barata, retirou esta questão. Não entendíamos que houvesse necessidade de portajar, até porque nos parecia que isso colidia, em termos de princípio de igualdade, com os estatuto das vias terrestres, e que não fazia sentido nenhum introduzir taxas nesta questão. Também é verdade que a preocupação desta Resolução, como diz aliás, o título é, muito focada inicialmente, no acesso, em termos de disciplina do tráfego, até às zonas de visitação. É para isso que apontam os pontos resolutivos desta Resolução.

Mas também é verdade que com o projeto, ou sem este projeto, um dia depois das pessoas lá chegarem, terá que haver um mecanismo, que é na prévia entrada a esses veículos, para disciplinar a segunda fase da questão, que é a visitação das pessoas ao interior da Lagoa e da Caldeira.

E por isso esta Resolução tem de facto o mérito de, por um lado, procurar disciplinar a entrada de veículos e disciplinar esse ordenamento, e tem também a possibilidade de alterar, ou não, o projeto, e era importante ouvir o Governo sobre isso, nomeadamente o Senhor Secretário do Ambiente, saber qual é que é a posição do Governo, em relação ao ponto n.º 1 da Resolução?

Portanto, era importante que o Governo se pronunciasse sobre essa questão, porque de algum modo é aquilo que resta, uma vez que parece que os outros pontos são pacíficos, para a apreciação desta resolução.

Portanto, ficamos a aguardar a posição do Governo sobre essa questão.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas.

(*) Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (Alonso Miguel): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O principal objetivo do Governo Regional dos Açores é defender e proteger o extraordinário património natural dos Açores. Por isso não resta dúvidas e julgo também que o que nos une a todos, Governo e qualquer Deputado, nesta Casa, é proteger a Lagoa do Fogo.

Não diria que é a “namorada” de todos nós, porque isso seria estranho, mas é seguramente um património pelo qual todos nós temos imenso carinho e queremos proteger.

O Projeto de Resolução da Iniciativa Liberal, junta dois assuntos que são, de facto, muito prementes e para os quais é necessário uma solução, por um lado, o acesso de viaturas até à zona do miradouro, por outro lado, a disciplina no acesso ao interior da caldeira.

São dois assuntos muito importantes, mas que requerem soluções distintas. Efetivamente, o acesso descontrolado de viaturas àquela zona em alguns meses de verão é algo, por vezes caótico, que dá uma má imagem turística, algo que nós queremos evitar.

Portanto, é preciso resolver e por aí podemos implementar várias soluções, nomeadamente através de shuttle, como prevê a iniciativa da Iniciativa Liberal, mas a verdade é que, enquanto Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, e esta é uma das prioridades do Governo, importa nós termos um mecanismo de controlo de acesso ao interior da Lagoa.

O objetivo de requalificação do miradouro da Lagoa do Fogo nunca foi o de disciplinar o acesso e o afluxo de viaturas à zona do miradouro. Foi sempre este de controlar o acesso ao interior da Lagoa.

Nós criarmos condições físicas e logísticas de podermos disciplinar o acesso, de nós podermos criar condições, de ter definido uma capacidade de carga, de definirmos quantas pessoas podem aceder à Lagoa em simultâneo e por dia, de com base nesta informação poder criar um regulamento que define os termos a partir dos quais pode ser utilizado aquele espaço.

Portanto, é este o objetivo que este projeto tinha, um objetivo que passaria sempre por proteger a zona especial de conservação da Rede Natura 2000, o geo sítio, o sítio Ramsar, aquela massa de água que, além de protegida e estratégica é um reservatório fundamental de água.

E, portanto, era isto que se previa com este projeto, mais do que ordenar o acesso ao miradouro, ordenar e disciplinar o acesso ao interior.

Para isso, é preciso, de facto, fazer uma requalificação daquele miradouro e criar as condições para instalar o tal sistema de controlo.

Na verdade, isso já é feito noutros sítios da região. Alguém imaginaria o que é que seria da Reserva Natural da Montanha do Pico, hoje, sem um ponto de controlo de acesso, sem uma Casa da Montanha?

Naturalmente que não!

Recordo, no entanto, que quando este Governo tomou posse, já existia um projeto de requalificação do miradouro, um projeto por sinal bastante contestado, um projeto que previa romper a vertente da cratera, instalar

miradouros no interior da vertente, e foi tida a opção, e aí, diga-se também, ainda pelo anterior Governo, de dar início a um processo de revisão desse projeto que pudesse ser muito menos invasivo e que respeitasse os limites da Rede Natura 2000 e da Zona Especial de Conservação, que é no fundo, isto que nos importa.

Dar nota que este projeto foi apresentado no Conselho Regional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, foi apresentado publicamente.

Alguns dos peticionários da Petição que ontem falávamos, têm assento no CRATO, no Conselho Regional do Ambiente Desenvolvimento Sustentável. Não houve uma manifestação contrária à realização deste projeto, da mesma forma que também não houve uma manifestação contrária em relação à realização deste projeto na sessão pública de apresentação.

Estavam lá Deputados desta Casa, o Deputado Pedro Neves, o Deputado António Lima, o Deputado Carlos Silva.

A verdade é que não houve uma manifestação contrária. Com certeza houve preocupações, que não solucionava tudo, que era preciso uma gestão integrada. Isto é um facto! E nós também, obviamente, reconhecemos isso.

O que é natural é que as posições possam evoluir e, por isso mesmo, existem peticionários que no sítio certo não se manifestaram contra este projeto.

O projeto não previa novas áreas de pressão, uma área de pressão no miradouro com plataformas elevadas, onde já há uma enorme pressão, um miradouro que precisa de ser requalificado, que não em soluções de conforto, nem de segurança, e a segunda área de intervenção, numa curva desativada, um local impermeabilizado, um permitiria eliminar uma cicatriz da paisagem, repor a topografia natural do terreno e tudo isto eram soluções positivas.

Agora, com projeto, ou sem projeto, há uma coisa que fica muito clara: é preciso requalificar o miradouro da Lagoa do Fogo e é preciso criar condições para disciplinar o acesso ao interior.

Senhoras e Senhores Deputados, naturalmente, o Parlamento é soberano e este Governo respeita a centralidade do Parlamento e saberá interpretar a posição deste Parlamento.

Queria, no entanto, deixar-vos nota de que cada dia que passa, sem nós encontrarmos uma solução para proteger a Lagoa do Fogo, é mais um dia que a Lagoa do Fogo se degrada.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Portanto, é preciso encontrar urgentemente uma solução. E eu, enquanto Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas e este Governo Regional, que tem como prioridade a sustentabilidade ambiental e a defesa intransigente dos nossos recursos, não baixaremos os braços.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Não podemos parar e não abdicaremos de proteger a Lagoa do Fogo.

Será encontrada, seguramente, mais tarde ou mais cedo, uma solução e este Governo fará ponto de honra de poder proteger Lagoa do Fogo.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): E o Governo está sempre aberto a contributos!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhor Secretário Regional.

Tem a palavra o Senhor Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhores Membros do Governo:

Este Projeto de Resolução, e como foi intitulado pelo Senhor Deputado do IL que é “a nossa namorada”, da forma como a tratamos parece quase a nossa “concubina”, mas eu gostaria de dizer que essa é a nossa “mãe” devido ao tempo que tem. Como nosso património natural, devia ser a “nossa mãe”, não a nossa “namorada”.

Se olharmos para um Projeto de Resolução e olharmos para o que o Governo pretende, é a proteção. O Governo quer proteger com edifício, mas o Projeto de Resolução da IL também tem esse tipo de proteção.

O Governo pretende limitar ou, no máximo, ordenar as pessoas nessa visitação, mas o Projeto de Resolução do IL pretende exatamente o mesmo, mas de outra forma.

O objetivo é o mesmo, o caminho para lá chegar é que é diferente.

E tendo em conta que a proteção, e essa proteção tem a ver com um todo na Caldeira, e nós sabemos, à partida, que o projeto em si não vai limitar a sua visitação, pelo menos a visitação ordenada ou moral, talvez, mas nós sabemos, e o Senhor Secretário Regional sabe, a quantidade de entradas para aquele miradouro. E esse é o problema.

Aí o Projeto Resolução da IL consegue resolver um pouco mais nessa limitação, ou ordenação da quantidade de pessoas, do que o projeto, obviamente, do Governo, que bem sei que queria dar uma cara lavada àquilo que seria o projeto antigo e isso sem dúvida que se tivermos, que ser e fosse obrigado, se já tivéssemos lá, um tijolo, obviamente que este projeto seria bem melhor do que o projeto anterior, mas não ter projeto ainda é melhor.

Precisamos, obviamente, é que haja medidas e essas medidas não têm de ter obrigatoriamente um projeto físico, infraestrutural, para que nós consigamos proteger.

Há várias medidas, o Projeto de Resolução tem medidas, não necessita, obviamente, de algo físico.

Precisamos, obviamente, e como está a acontecer, Senhor Secretário Regional, com as forças de segurança e uma ajuda das forças de segurança, para que seja cumprido aquilo que é, obviamente, o Código da Estrada, que não é cumprido.

O Senhor Deputado António Lima disse que quase limita ou fecha a estrada. Já aconteceu várias vezes, dois autocarros, um para cima, outro para baixo, com a quantidade de viaturas estão estacionadas indevidamente, já parou mais de uma hora e meia, aquela estrada, a partir da Caldeira.

E, sem dúvida, que o Projeto Resolução da IL, dando voz a muitas associações, a muitos cidadãos, sejam ribeigrandenses, sejam micaelenses, ou sejam açorianos, para que nós consigamos, por um lado, ter dentro da balança o turismo que nós necessitamos, mas de uma forma ordenada e obviamente com o shuttle nós conseguiríamos fazer essa ordenação dos nossos turistas e dos açorianos que pretendem, obviamente, visitar esse shuttle será gratuito. Por isso, obviamente, o PAN vai acompanhar este Projeto de Resolução.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado Nuno Barata.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Sem querer alimentar polémicas, apenas contribuindo para alguns esclarecimentos, eu queria relembrar aquilo que já disse ao Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas.

De facto, cada dia que passa é um dia, em que se degrada o meio ambiente na Região Autónoma dos Açores. Com isso, eu concordo com Vossa Excelência.

Mas terá de convir, Senhor Secretário, que este diploma entrou em maio deste ano...

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Maio de 2022!

O Orador: De 2022, certo? Muito obrigado pela correção, Senhor Deputado Rui Martins.

E o que é certo, Senhor Secretário Regional, é que a entrada deste diploma permitiu que não tivessem, ao longo deste ano, sido removidos 3000 m³ de material inerte, da zona do miradouro da Lagoa do Fogo;

Não tivessem sido removidos cerca de 1000 m³ de coberto vegetal de área protegida na Lagoa de Fogo;

Que não tivessem subido à volta de 200 autobetoneiras pela estrada regional até ao miradouro da Lagoa do Fogo;

Que não tivessem descido cerca de 200 camiões com 3000 m³ de manto da Lagoa de Fogo para vazadouro.

E, portanto, Senhor Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, este ano que passou, quase esses oito meses que passaram, permitiram, de facto, proteger o ambiente da Região Autónoma dos Açores, na medida em que a própria falta de estudo de impacto ambiental dessa obra iria dizer que a própria construção da obra, para já não falar dos custos energéticos e da pegada ambiental do funcionamento daquele espaço, iria criar num futuro próximo nos Açores.

Os Açores estão bem melhores hoje em termos ambientais do que se essa obra tivesse avançado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas.

(*) **Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas** (*Alonso Miguel*): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhor Deputado Nuno Barata, naturalmente, para não alimentar também qualquer tipo de polémica, é preciso esclarecer um aspeto:

Este projeto teve o parecer positivo de todos os departamentos do Governo Regional com competência em matéria de ambiente e conservação da natureza.

E todas essas remoções, que o senhor refere eram feitas fora da zona da Rede Natura 2000, num sítio, por sinal, altamente pressionado, num sítio de uma curva desativada que tem uma réstia do tufo e do substrato rochoso, que resulta da curva que lá foi feita.

Portanto, quando eu dizia há pouco que fazer o edifício era repor a topografia natural do terreno, era exatamente colmatar essa cicatriz que foi deixada pela desativação dessa curva.

Por aqui me fico. Apenas este esclarecimento de todos os pareceres positivos e mais, não havia enquadramento para a realização de um estudo de impacto ambiental nesta obra. Não é arbitrário a realização de estudos de impacto ambiental. Elas têm regras e elas foram cumpridas.

Muito obrigado.

Deputado Nuno Barata (*IL*): Já alteraram!

Presidente: Muito obrigado, Senhor Secretário Regional.

Senhor Deputado Paulo Estêvão, faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente e Membros do Governo:

Neste tipo de questões que levam a que exista alguma polémica em torno da discussão do problema, há sempre quem fale mais alto, quem grite mais alto. Mas há uma coisa que na minha vida política, que já é longa, eu aprendi a destringar, que é, nem sempre aqueles que gritam mais alto, falam mais alto, se representam a maioria da população. E nem sempre aqueles que gritam, e não me estou a referir, obviamente, ao estilo de intervenção do Senhor Deputado Nuno Barata, estou a falar no conjunto de pessoas que insistem mais na questão, que têm mais presença mediática (é nesse sentido e não no sentido... pelo aparte, eu percebi que estavam a interpretar mal)...

Estou a falar naqueles que fazem mais ruído mediático.

Nem sempre esses são aqueles que representam a vontade popular em determinadas matérias.

E, portanto, os políticos, o que têm de fazer é analisar, do ponto de vista técnico, o problema, do ponto de vista político, e terem a coragem política de decidir sobre estas matérias.

E eu também sou muito avesso a fundamentalismo, a certezas absolutas, a de quem divide o mundo em branco e preto, ou é assim ou senhores são isto ou aquilo. Cada vez me irrita mais esse tipo de posicionamento. Ou de quem não é a meu favor, é contra mim; ou de quem tem sempre uma perceção deste tipo.

E por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo, tento analisar as questões com racionalidade.

Eu ouvi muitas resistências, por exemplo, em relação à infraestrutura que foi montada pelo anterior Governo, para o acesso à Montanha do Pico. Muita contestação. E, afinal, é uma infraestrutura que serve.

É uma estrutura que significou uma mais-valia.

É uma infraestrutura que disciplinou o acesso à Montanha do Pico e a sua degradação.

Essa intervenção foi uma intervenção que favoreceu o ambiente, que regulou o fluxo turístico. Foi ou não foi? Foi!

Mas teve uma grande contestação.

Mas essas vozes, perante a evidência, já se calaram.

Temos o Vulcão dos Capelinhos aqui nesta ilha.

A mesma coisa, a mesma campanha.

Eu estou a falar à vontade, porque estes foram projetos desenvolvidos pelo anterior Governo.

A mesma contestação.

Afinal, hoje em dia a obra que foi feita representa uma enorme mais-valia para a ilha do Faial e, inclusivamente o seu mérito é reconhecido internacionalmente, mas as vozes de que estava a destruir mais um sítio emblemático, essas vozes existiram, persistiram, mas agora desistiram.

Deputado António Lima (BE): Olhe que não!

O Orador: O que eu quero dizer, é que há outros que poderão manter essa opinião, que aquilo que foi feito no Vulcão dos Capelinhos está errado.

A maior parte das pessoas gosta; a maior parte das entidades internacionais, de quem nos visita, de quem está especializado neste assunto, considera que o que foi construído é absolutamente exemplar e é do melhor que foi feito no mundo.

Deputado Nuno Barata (IL): Está a puxar para si!

O Orador: Senhor Deputado, eu sou imune a gritaria e sou imune a qualquer tipo de pressão política.

Sou imune a isso. Decido sempre com a voz da razão.

Decido sempre de forma racional, em relação às questões. É verdade.

Deputada Ana Luís (PS): O senhor nem sequer consegue dizer isso sem rir! É uma razoabilidade!

O Orador: Ó Senhora Deputada Ana Luís, é uma coisa impressionante, Senhora Deputada.

As legislaturas anteriores já passaram. Já passaram Senhora Deputada! E a Senhora Deputada quer manter um diálogo que já deixou de existir, porque Vossa Excelência já não é a Presidente, eu já não sou líder partidário que contestava Vossa Excelência, porque Vossa Excelência já não está ali.

Portanto, Senhora Deputada, vamos deixar essa história para trás. **Deputada Ana Luís (PS):** Só lhe estou a chamar à razão, Sr. Deputado! Mais nada!

O Orador: Vamos avançar, há muita coisa, há um presente e provavelmente existirá um futuro, Senhora Deputada.

Portanto, deixe essa obsessão, Senhora Deputada.

Cada vez que eu falo Vossa Excelência faz um conjunto de apartes que eu me tento abstrair, mas que obviamente perturbam, a exposição que estou a fazer.

Deputada Ana Luís (PS): O que vale é que hoje é sexta-feira!

O Orador: E por isso eu vou terminar e espero que Vossa Excelência reconsidere esse seu comportamento. Espero bem que sim.

O que eu estava a dizer é que a interpretação que nós fazemos, em relação a este Projeto de Resolução é de que aquilo que é necessário regular, como bem disse o Senhor Deputado José Contente é necessário fazer uma intervenção, porque há, como bem disse o Secretário Regional do Ambiente, que fazer alguma coisa; as coisas não podem continuar como estão e é necessário regular aquele fluxo turístico, e a interpretação que eu faço é que este Projeto de Resolução defende este conjunto de considerandos, e que em relação ao projeto, o que diz, é que deve ser abandonado aquele projeto que tem vindo a ser discutido desde 2019.

E, portanto, esta é a minha interpretação.

Mas a minha interpretação deste Projeto de Resolução, é que se abandone em definitivo, que se venha a fazer um projeto de características diferentes, com menor impacto, com outro tipo de intervenção que se venha a pensar e que se venha a discutir e que se venha a consensualizar na sociedade açoriana.

Eu, portanto, interpreto é aquele projeto de forma específica. E interpretando assim, vou votar favoravelmente esta iniciativa.

Mas não interpreto que não se faça absolutamente nada no futuro em relação a esta matéria. Portanto, o meu voto favorável tem essa condicionante. Não é um abandono a qualquer tipo de intervenção que se venha a projetar e a preparar. Quero deixar aqui bem claro esta ressalva.

Para terminar, porque a exposição já vai longa, dizer o seguinte: estarei muito atento também a que aquilo que é de todos nós, não venha a ser o lucro de uns poucos. E isso também me choca, que alguns grupos, um pequeno número de indivíduos, empresários, se venham a apropriar e que venham a ter vantagens em relação àquilo que é de todos nós.

E, por isso estarei muito, mas muito atento, a qualquer grupo de interesses que se venha a instalar e que venha a tirar proveitos económicos em relação a um monumento natural que é de todos. E por isso, obviamente, o PPM fará a fiscalização, que tem de ser feita.

Muito obrigado.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra Senhor Deputado Rui Martins.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Senhor Presidente. Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhor Vice-Presidente e Membros do Governo:

Em primeiro lugar, gostaria de começar por abordar a questão da Lagoa e das intervenções eventuais da Lagoa do Fogo.

Toda e qualquer intervenção que seja feita por este Governo, que tenha sido implementada por outro Governo, parece-me que não é para quem vem de fora, para quem nos visita, que é necessário agir.

Deputado António Lima (BE): Não é?

O Orador: Não! É exatamente para nós.

Ou seja, é necessário agir para que nós possamos continuar a usufruir daquilo que é uma riqueza natural da Região, de todos os açorianos.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: A Lagoa do Fogo é para os açorianos e para os micalenses um espaço de fruição a que muitos cresceram e habituaram-se a fruir daquele espaço.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: E é exatamente por isso que nós devemos manter essa riqueza natural e arranjar estratégias que possam permitir a fruição também, por outros por quem nos visita, obviamente, mas que permitam a manutenção daquilo que é o estado de natureza exuberante, e não só, e aquilo que é a importante massa de água potável que se encontra no fundo daquela cratera.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Isso é o primeiro ponto. Ou seja, qualquer intervenção que este Governo tenha abraçado, ou proposto e discutido, foi sempre nessa ótica, não na ótica de proporcionar um qualquer espaço para os turistas, para quem vem de fora, não!

É para proporcionar a manutenção daquele espaço exatamente como está no seu estado natural, sem ser posto em causa todo aquele habitat e toda aquela riqueza.

É exatamente por isso que se pensam e que se conjeturam soluções que permitam, o quê? Aquilo que é a preservação do espaço interior da cratera.

E é este – e começo por aí – talvez o primeiro equívoco que já tivemos aqui nesta discussão. É que parece que havia uma proposta. Há uma proposta que é conhecida, um projeto, que ia no sentido de criar pressão naquele espaço e há uma proposta, que é este Projeto de Resolução, que visa tirar a pressão daquele espaço.

Não! Isso é um equívoco. Aparentemente, a discussão estava a se encaminhar para aí.

É um equívoco, porquê?

Porque as duas soluções, são soluções que visam trabalhar a área exterior da Caldeira, que é aquela que já tem pressão, e que não tinham qualquer interferência naquilo que é o aspeto que importa e é efetivamente primordial preservar, que é o interior da Caldeira. Depois há duas visões: uma que é a questão dos veículos privados, de carros, poderem aceder mais próximo da cratera, ou ficarem numa zona diferente, e haver um fluxo em shuttle, que, em abono da verdade, este próprio orçamento regional que todos nós votámos para 2023, uns favoravelmente, outros não, mas já tem especificamente uma linha que fala sobre a criação de um shuttle exatamente para aquela zona, o que vai em linha com aquilo que é proposto neste Projeto de Resolução.

Mas de qualquer das formas importa salientar isso, é que uma coisa é a intervenção fora, nas zonas que já estão pressionadas, e outra coisa é o interior. E nenhuma destas propostas, fosse aquela que o Governo discutiu amplamente, seja aquilo que o Deputado Nuno Barata, e a Iniciativa Liberal

propõem, nenhuma delas interfere com aquilo que é o interior e é um espaço que deve permanecer intocável, sem dúvida, mas que tendo em conta aquilo que também são os novos fluxos turísticos da Região, tem que ter exatamente esta capacidade para adaptar, regular, monitorizar, acompanhar, disciplinar, proteger e salvaguardar aquele património natural e, neste momento, temos de ter a capacidade de desenhar soluções que possam proteger também o papel fundamental da Lagoa do Fogo, que é, para além de toda a sua beleza e exuberância, o tal reservatório de água potável para os maiores aglomerados populacionais de São Miguel.

E consideramos, por isso, que é será necessário implementar uma solução por mais minimalista que seja e utilizando materiais sustentáveis, o estado da arte, de desenvolvimento de materiais, sem dúvida, mas que permita a regulação do fluxo de pessoas ao interior da Caldeira.

Porque o que acontece com a solução que também nos é trazida pela Iniciativa Liberal, é que nós continuamos a levar pessoas lá acima e não temos forma, ou pelo menos não está previsto, uma forma de conter o acesso depois ao interior da Caldeira, porque as pessoas, uma vez ali, não importa se chegaram de carro, de autocarro, de veículo elétrico, de veículo térmico. Isso não é o que está em causa. Obviamente, que tem impactos ambientais diversos e é por isso que, obviamente, subscrevemos a tese de haver um shuttle, de reduzir o fluxo de viaturas que vão para aquele espaço, sem dúvida.

Mas o problema coloca-se a partir do momento em que as pessoas estão lá em cima. Porquê? Porque o impacto verdadeiro é no interior da Caldeira e o acesso desordenado e desregulado ao interior da Caldeira.

E isso estava previsto enquanto fase subsequente, a um ordenamento daquela zona que permita que haja condições mínimas de segurança, de salubridade,

a quem possa implementar e estar ali a reforçar e a fiscalizar, no fundo, esta implementação.

E aqui há pouco o Senhor Deputado Paulo Estêvão também falou, no caso da Montanha do Pico e da Casa da Montanha.

E, em aparte, o Senhor Deputado Nuno Barata diz que não tem comparação, e o Senhor Deputado Pedro Neves, eventualmente, porque a Casa da Montanha não é no cimo da montanha do Pico.

Não é no piquinho, é verdade.

Mas o projeto que também está em discussão e que, no fundo, é o ponto de discórdia deste Projeto de Resolução da Iniciativa Liberal, tem a ver, e que também gostaria que pudesse ser clarificado, se é o abandono em definitivo do projeto que foi discutido ou se é o abandono em definitivo de qualquer intervenção naquela curva, por exemplo? Isso é importante também clarificar.

É importante clarificar, porquê?

O Senhor Deputado Nuno Barata diz que com este Projeto de Resolução, foi por isso que não houve movimentações.

Não! O Governo Regional e o Senhor Secretário, atendendo a que havia um Projeto de Resolução também em discussão, nem sequer há nenhuma verba no orçamento regional que permitisse levar para a frente, à revelia deste Parlamento, essa movimentação de terras. Ou seja, ficou assumido que sim, estamos aqui para discutir. Deu centralidade ao Parlamento.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): E bem!

O Orador: E bem!

Mas há uma coisa que é factual, Senhor Deputado Nuno Barata. A Casa da Montanha, não é no topo da Montanha do Pico, mas a intervenção que visava dar dignidade a quem eventualmente possa ter que estar ali a monitorizar, ou a controlar o acesso ao interior e a garantir que não há um acesso desregulado

ao interior, é óbvio que há terrenos privados, há outras formas de acesso ao interior, mas o principal ponto de entrada é aquele, que é o público, que é o que toda a gente sabe e toda a gente mete no GPS – Lagoa de Fogo e vai ali ter.

É por isso que é importante também que o Senhor Deputado pudesse, pelo menos para o CDS, clarificar esse aspeto, porque também essa intervenção não é no interior da Caldeira.

Daí não é comparável a situação da Casa da Montanha do Pico, porque também no acesso à Montanha do Pico, é possível fazer um *bypass* à casa e passar por fora.

Agora todos nós sabemos que até há figuras conhecidas que já foram multadas, exatamente por não terem feito o percurso adequado.

E porque é que isso acontece? Porque efetivamente foi feita e foi tomada a decisão de se construir uma Casa de Montanha que permitiu fazer essa regulação do acesso.

E por isso é que nós vemos como premente e urgente que haja efetivamente a implementação de uma solução por mais minimalista que seja.

No CDS, não temos qualquer apego específico por aquele projeto em particular ou por outro.

O nosso apego é por criar mecanismos que permitam o ordenamento e a fiscalização do fluxo ao interior da Caldeira, que é efetivamente aquilo que é urgente preservar.

Muito obrigado.

Voices de alguns Deputados da bancada do PSD, CDS-PP e do PPM:

Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhoras e Senhores Deputados, aproveito para informar, que acompanha os nossos trabalhos, nas galerias, a antiga Deputada e Vice-Presidente desta Assembleia, a Doutora Fernanda Mendes, a quem saúdo em nome deste Parlamento.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Tem a palavra o Senhor Deputado Nuno Barata.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Muito rapidamente, depois das intervenções do Senhor Deputado Paulo Estêvão, do Senhor Deputado Rui Martins, e até Senhor Secretário Regional, eu fico aqui com a sensação de que estou a ser enganado.

Se é para me enganar, façam um favor a vós próprios: votem contra o Projeto de Resolução. Ponto final.

Não vale a pena rodear, não pena tourear, porque o Senhor Deputado Nuno Barata, a Iniciativa Liberal, mais liberal, mais libertária, mais conservadora, mais comunista, à vontade do Senhor Deputado Independente, não tem problema nenhum com este tipo de toureiro. Sou especialista também nesta área, se for preciso.

Uma coisa é certa: o Senhor Secretário Regional fala e bem das regras para o estudo de impacto ambiental, não é obrigatório. É um facto, Senhor Secretário.

Eticamente devia ter acontecido e o que não deveria ter acontecido, Senhor Secretário, foi o recuo de dois metros e meio, na área da Rede Natura 2000, para poder fazer a obra sem estudo de impacto ambiental. Não sei se a responsabilidade é sua, ou se é do Governo anterior, nem quero saber.

Mas foi feita uma alteração do mapa da área de intervenção da Rede Natura 2000...

Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (*Alonso Miguel*): Quanto é que foi a alteração?

O Orador: ... para se poder fazer aquela intervenção ali. Pergunte aos seus serviços, e os seus serviços vão-lhe explicar. Não vou por aí.

Relativamente à Casa da Montanha e às comparações que são feitas com a Casa da Montanha, devo esclarecer que são duas coisas completamente diferentes.

Uma coisa é o destino que leva as pessoas que vão à Montanha do Pico, pararem aos 1000 m, para fazerem depois a escalada, outra coisa é precisamente o destino final de mais de 90%, das pessoas que vão ao Miradouro da Lagoa do Fogo. É porque mais de 90% das pessoas que vão ao miradouro da Lagoa do Fogo não é para terem acesso à linha de água, é para chegar ao Miradouro, tirar uma fotografia, quando muito ir mais à esquerda ou mais à direita, para arranjar um enquadramento melhor ir embora.

A pressão de que estamos a falar não é sobre a massa de água, a pressão de que estamos a falar, não é por causa das pessoas que vão lá abaixo, porque aí, Senhor Deputado Rui Martins, eu devo-lhe dizer:

Eu conheço pelo menos nove maneiras de chegar lá abaixo, todas elas muito bonitas, todas elas deslumbrantes, e pela estrada regional há só três, que vão ficar condicionadas precisamente pelo sistema que agora aqui se defende.

Eu também sei bem o que é olhar para um ser à nascença, e não lhe ver piada. Como disse o Senhor Deputado Paulo Estêvão e bem, já se agitaram monstros com quase tudo aquilo que se fez nos Açores.

Há sempre quem concorde, quem não concorde, quem goste e quem não goste. O que eu já não consigo compreender é esta obsessão com as

organizações internacionais, que olham para nós e nos dão os parabéns pelas coisas que nós fizemos, sejam elas boas, sejam elas más.

Quando alguém de fora nos diz, fizeram muito bem, está lindíssimo, é logo um deslumbramento.

Eu lembro à Câmara, o país, que nós tivemos um Prémio Nobel da Medicina. Prémio Nobel da Medicina!

Ninguém pôs em causa na altura o Prémio Nobel da Medicina. Hoje, o que é que pensa a comunidade científica da lobotomia de António Egas Moniz? Aquilo que todos nós sabemos.

Portanto, as instituições internacionais para mim também têm a importância que têm. É lá a importância delas.

A mim importa aquilo que eu gosto da minha terra. Quem gosta da sua terra diferente daquilo que ela é, tem todo o direito de defender.

Quem gosta de modificar, alterar, introduzir betão, onde eu acho que deve estar vegetação natural, tem todo o direito de pensar assim.

Eu gosto da maneira que está, independentemente das instituições internacionais, gostarem ou não gostarem.

E não vou alongar mais a minha conversa sobre esse assunto.

Vou só reiterar que não vale a pena tourear aqui este assunto.

Para isso tenham a coragem de votar contra o Projeto de Resolução, que o assunto fica resolvido.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem agora a palavra o Senhor Secretário Regional do Ambiente. Faça favor.

(*) **Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas** (*Alonso Miguel*): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhor Deputado Nuno Barata, alterações de limites de áreas classificadas é algo que não se faz.

Posso asseverar que desde que este Governo Regional tomou posse, isso nunca foi feito e enquanto eu cá estiver, nunca será feito.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Caberá ao Partido Socialista, seguramente, pronunciar-se sobre essa matéria, enquanto executivo anterior.

Com este executivo isso nunca aconteceu, nem nunca vai acontecer.

Deputado Nuno Barata (IL): Então reponha os limites!

O Orador: Outro aspeto, em relação à avaliação, desconheço que tenha havido. Desconheço que tenha havido. Isso é uma suposição sua.

Deputado Nuno Barata (IL): Não, não! Está na lei!

O Orador: A mim ninguém me informou que possa ter sido, anteriormente. Não, não! Alteração dos limites. Desconheço que tenha sido feita. Se foi feita pelo anterior executivo.

Caberá ao Partido Socialista se pronunciar sobre essa matéria. Enquanto eu cá estiver isto não aconteceu, nem irá acontecer. Outro aspeto em relação à matéria de avaliação de impacto ambiental, a legislação define claramente os termos em que ela acontece.

Não é arbitrária, nem é ética, porque eu não quero imaginar que o Senhor Deputado Nuno Barata tenha dito que os técnicos da Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, com competência em matéria de ambiente e conservação da natureza, não têm ética nas posições que tomam e se for consultar os pareceres todos que são feitos, são pareceres favoráveis e não implicam a realização de um estudo de impacto ambiental.

Portanto, estas coisas não se fazem com base no achismo.

Que o Senhor Deputado Nuno Barata, naturalmente, com toda a legitimidade que tem, não é especialista nessa matéria, digo eu. Será especialista noutras matérias, nessa não.

Portanto, respeite, por favor, os técnicos da administração pública regional que têm competência nesta matéria.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições?

Senhor Deputado Paulo Estêvão, faz favor. Tem a palavra.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente e Membros do Governo:

O Senhor Deputado Nuno Barata, o que está a perguntar e o desafio que me lançou é que eu tenha a coragem de votar contra.

Eu tenho coragem para tudo. Eu quero é que Vossa Excelência me diga o seguinte:

Eu interpreto o senhor. O que quer é que não se faça aquele projeto.

Que não se faça aquele projeto!

O senhor, diga-me uma coisa: o que quer é que não se faça qualquer tipo de projeto, mesmo mudando a volumetria, os materiais? Que não se faça? É porque se foi isso, Vossa Excelência terá o voto contra do PPM.

Responda à questão que eu lhe coloquei: qual é a interpretação que Vossa Excelência faz?

Porque da parte do PPM, eu tenho toda a coragem do mundo, em qualquer circunstância. Responda-me.

Deputada Vera Pires (BE): Isso já não se discute!

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Membros do Governo:

Só para esclarecer a Câmara e o Senhor Deputado Paulo Estêvão, que a Iniciativa Liberal é contra toda e qualquer intervenção naquela zona.

Presidente: Tem a palavra o Senhor Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Senhor Presidente, tendo em conta a interpretação que o senhor...

Deputado Nuno Barata (IL): Não é interpretação, é a minha posição!

O Orador: Tendo em conta a posição do Senhor Deputado, que é contra qualquer tipo de intervenção, independentemente da sua natureza, da sua volumetria, dos materiais utilizados, tendo em conta este tipo de interpretação que é feito, o PPM anuncia que vota contra.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra a Senhora Deputada Délia Melo.

(*) **Deputada Délia Melo (PSD):** Obrigada, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Temos aqui duas questões muito importantes em cima da mesa. A primeira, é o controlo no acesso ao miradouro da Lagoa do Fogo e quanto a isso, acho que é consensual, porque já há um grupo de trabalho, já há trabalho que está a ser feito neste sentido, e que, de facto, vai ao encontro daquilo que são as propostas, o objetivo, no fundo, apresentado pela Iniciativa Liberal.

A segunda questão, que é aquela mais controversa que está a gerar aqui alguma confusão, tem a ver com o acesso à Caldeira.

Eu lamento muito, mas aquilo que está aqui, e eu vou ler para que não haja dúvidas, no primeiro ponto resolutivo, é que “se abandone em definitivo o projeto de requalificação do miradouro da Lagoa do Fogo em execução e reformulação desde 2019.”

Portanto, aqui em lado algum, é dito que não há a possibilidade de intervir de forma diferente, porque há a possibilidade de se repensar, de se fazer um projeto minimalista, com materiais endógenos.

Portanto, repensar de facto este projeto, porque aquilo que está neste Projeto de Resolução que estamos a analisar e que vamos votar é exatamente em relação ao projeto que tem sido trabalhado desde 2019 e foi essa a nossa leitura e a nossa interpretação, desde o início.

Portanto, se é esta, e unicamente esta, a interpretação que agora difere daquilo que foi aqui dito, nós temos uma posição.

Agora, não se pode é mudar aqui em plenário, algo que não está aqui dito.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!!

Deputado Nuno Barata (IL): Ninguém está mudando!

A Oradora: Portanto, se for este o entendimento, se for para abandonar este projeto que está aqui definido, nós temos uma posição.

Vamos então perceber realmente aquilo que vamos aqui fazer, porque para isto nós votamos a favor, sim, senhor da sua proposta, não podemos é mudar aquilo que está aqui dito.

As palavras estão aqui explanadas.

Portanto, o texto está aqui.

E é em relação a este Projeto de Resolução que nós vamos votar, Obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhora Deputada.

Senhor Deputado Nuno Barata, faz favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente e Membros do Governo:

Eu acho que estamos aqui a elaborar sobre um equívoco.

A Senhora Deputada Délia Melo acabou, precisamente, por pôr os pontos nos “is”, como se diz em bom português.

Porque, de facto, aquilo que nós estamos a votar é o ponto resolutivo n.º 1 desta Resolução.

Outra coisa diferente é a minha posição pessoal para o futuro. Foi isso que me desafiou o Senhor Deputado Paulo Estêvão, e esclareci.

Não está aqui escrito que é abandonar definitivamente qualquer intervenção na Lagoa de Fogo.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Aí! Mas há de ser a próxima!

O Orador: Agora, fica já a Câmara a saber que não toureiam o Deputado da Iniciativa Liberal, com a aprovação disto, porque se trouxerem a esta Câmara outro projeto, terão a oposição da Iniciativa Liberal, mas a câmara é livre de votar como quiser, porque a Iniciativa Liberal tem só um Deputado na Região Autónoma dos Açores. Não tem mais do que um,...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Graças a Deus!

O Orador: ... por enquanto.

Agora não podem, perante o desafio do Senhor Deputado Paulo Estêvão, é querer que eu passe aqui um cheque em branco é aquilo que vier.

Não!

E digo já que sou contra qualquer intervenção naquela área e enquanto o meu partido me apoiar nesse projeto, eu vou manter esse projeto.

Quando o meu partido me retirar o apoio é muito simples: eu suspendo o mandato, ou renuncio, e vou à minha vida e vem para aqui outro fazer esse papel.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Vamos passar à votação do Projeto de Resolução n.º 121/XII.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manterem como estão.

O Senhor Deputado que vota contra, faça o favor de sentar.

Secretário: O Projeto de Resolução n.º 121/XII, foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 voto contra do Deputado Independente.

Presidente: Senhor Deputado Paulo Estêvão, para? Faz favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente e Membros do Governo:

Eu perguntei ao Senhor Deputado Nuno Barata, qual era a interpretação que fazia do n.º 1?

Se a votação favorável impedia que viesse a desenvolver-se outro projeto?

O Senhor Deputado respondeu-me que essa era a sua interpretação e, nesse sentido, o PPM anunciou o seu voto contra.

Através da intervenção que fez a Senhora Deputada Délia Melo que voltou a questionar, o Senhor Deputado disse que era apenas a sua interpretação e que aquilo era o que lá estava escrito, que era aquele projeto de forma específica.

E é por isso que eu mantive a votação favorável, única e exclusivamente, porque o Senhor Deputado na sua intervenção, o que disse foi que era a sua

interpretação, mas que o que lá está escrito é o abandono daquele projeto e exclusivamente aquele projeto.

E é por isso que o PPM votou favoravelmente o projeto, porque essa é a interpretação: abandona-se aquele projeto e não qualquer outro com outras características que possam vir a ser desenvolvidas por parte do Governo Regional.

Como vê Senhor Deputado, coragem não nos falta; frontalidade, não nos falta.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): E coerência!

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto.

Senhor Deputado Vasco Cordeiro, faça favor.

(*) Deputado Vasco Cordeiro (PS): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhor Deputado Nuno Barata, como proponente desta iniciativa, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista votou a favor desta iniciativa, com a consciência clara de que ela significa o abandono de um projeto no qual os governos do Partido Socialista se empenharam.

E vota com a consciência clara, porque entende, fruto também de todo o trabalho e de tudo aquilo que ouvimos, ainda como Governo Regional e depois de Governo Regional, que aquele projeto, nos termos em que estava formulado, não reunia o consenso necessário, quanto ao seu impacto, para

que fosse efetivamente uma obra ao serviço, em primeiro lugar, dos residentes nos Açores.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista votou a favor desta Resolução, porque entende que nos restantes pontos resolutivos ela vai ao encontro, de um entendimento que nós temos em relação à forma, como esse tipo de espaços pode ser rentabilizado.

Aliás, o último Governo Regional do Partido Socialista tinha um projeto planeado para exatamente implementar este tipo de solução, por exemplo, na zona do Miradouro da Vista do Rei e Lombadas.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista votou a favor deste Projeto de Resolução também com a consciência clara de que ele não afeta um compromisso eleitoral que constava do manifesto eleitoral do PS, no círculo eleitoral de São Miguel, e que reafirmamos aqui, “requalificar o Miradouro da Lagoa do Fogo no seguimento do processo de consulta pública”.

E, portanto, esta é a nossa posição...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quem diria!

O Orador: ... e é por esta posição que nós nos regemos na manifestação e no apoio a esta proposta de resolução.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra, para uma declaração de voto, o Senhor Deputado Carlos Furtado.

(*) Deputado Carlos Furtado (Indep.): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Votei contra esse Projeto de Resolução com toda a convicção deste mundo.

A Lagoa de Fogo, os Açores em geral, são pertença de toda a humanidade, mas são acima de tudo, e em primeira instância, pertença dos açorianos.

E o que ficou aqui definido, perante o Projeto de Resolução do Senhor Deputado da Iniciativa Liberal, é que ficou aberto o caminho para a privatização do caminho da Lagoa de Fogo.

Ficou aqui previsto a possibilidade de que o acesso à Lagoa do Fogo, a partir de agora, terá que ser alguma coisa ao alcance de alguns pela hora que ficar estipulada por outros.

E ficou aqui definido que terá que haver um terceiro projeto para uma intervenção na Lagoa de Fogo.

Já houve um do Partido Socialista, já houve um do atual Governo e agora terá que haver um com a anuência da Iniciativa Liberal.

Portanto, os Açores estarão aqui para pagar projeto, atrás de projeto, atrás de projeto.

Se calhar para a próxima ainda vamos estar aqui a falar de uma intervenção que ainda há de ser uma quarta intervenção, se calhar, ao serviço de outro partido.

Isto nunca mais acaba. Enquanto eu aqui estiver, dos 57, há de haver sempre um, (no meu entender, é claro, a leitura é minha.), que há de estar aqui sempre na defesa do superior interesse dos açorianos, e isto não defende os interesses açorianos.

A partir deste momento, o que está aqui dito, é que o acesso à zona da Lagoa de Fogo, o acesso por estrada, fica condicionado pelo shuttle. Por exemplo, um indivíduo que tenha uma exploração agrícola naquela zona, se a esposa quiser ir ter com ele lá acima, à exploração, é visita,...

Deputado Pedro Neves (PAN): Veja o Projeto de Resolução!

O Orador: O senhor cale-se!

... a senhora vai ter que provar que vai à exploração, porque, caso contrário, fica sujeita aos humores ou não, do agente de segurança que estiver fazendo o controlo de trânsito.

Portanto, isto é grave, isto é um atropelo aos direitos, liberdades e garantias das pessoas e oxalá que isso não venha a ter outras consequências.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto?

Senhor Deputado Rui Martins, faça favor.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhor Vice-Presidente e Membros do Governo:

No CDS, da mesma maneira (e foi dito no debate por alguns partidos) que muitas vezes votamos resoluções sem concordar com aquilo que são as considerações que às vezes o enquadram, sobretudo o *ipsis verbis* é sempre muito difícil (não é?), da mesma forma que também acompanhamos resoluções sem subscrever, na íntegra, exatamente aquilo que está escrito, mas votamos porque acompanhamos na generalidade aquilo que é a ideia subjacente ao projeto. É uma recomendação.

Na globalidade, consideramos que há um contributo para implementar estratégias que permitam a salvaguarda daquele monumento natural, da sua manutenção, e da sua valorização – Caldeira de Fogo – mas também importa registar que não é para quem vem de fora, que é necessário agir, é para nós efetivamente, é para os micalenses, para os açorianos, que cresceram a fruir daquele espaço, mas atendendo à pressão que este pode atrair é obrigatório

e urgente garantir que há um ordenamento e uma estratégia para a salvaguarda ambiental daquele espaço.

Nós concordamos com o pressuposto de que esta solução poderá não responder, àquilo que, no fundo, é o pressuposto do primeiro ponto resolutivo, que é antagonizar o projeto que até agora vinha a ser discutido. Concordamos que poderá não responder àquilo que é o serviço que se pretende proporcionar àquele espaço, ou que eventualmente possa não ter o devido ajuste.

Também concordamos com o facto de se sugerir um acesso por via shuttle. Temos mais dúvidas, por exemplo, na questão da restrição do acesso, uma vez que diz restringir o acesso e, conseqüentemente, diz que só devia estar privilegiado o acesso de meios de socorro e por aí adiante, o que deixa antever, que podia haver essa ideia de proibir na totalidade o acesso. Restringir não é proibir, mas quando começamos a colocar mais condições a seguir a restringir já estamos a dizer que, afinal, não é só num período de horário, estamos a dizer, é que à exceção daqueles outros veículos, os privados não podem ir.

Por isso consideramos que há ali uma série de assuntos que nós não poderíamos subscrever se fosse *ipsis verbis*. De qualquer das formas, é uma recomendação.

Na globalidade, consideramos que é no bom caminho, é um contributo, e também devo registar que alguns sentidos de voto acabam por não medir os meios para atingir o objetivo, nem que isso ponha em causa as convicções anteriores e os passos que foram dados num sentido e que agora há uma cambalhota, mas afinal todos os meios justificam o fim que é o regresso ao poder.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto?

Não havendo vamos fazer um intervalo. Regressamos ao meio-dia.

Eram 11 horas e 40 minutos.

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados, agradeço que retomem os vossos lugares.

Eram 12 horas e 02 minutos.

Senhoras e Senhores Deputados, vamos entrar no ponto 9 da nossa Agenda: **Projeto de Resolução n.º 143/XII – “Denúncia do acordo entre a Região e a BENCOM para o fornecimento de fuelóleo e início de novo processo de contratação pública”**.

É uma iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do BE. Para a sua apresentação tem a palavra o Senhor Deputado António Lima.

Deputado António Lima (BE): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membro do Governo:

64% da energia elétrica produzida na região provém de combustíveis fósseis, sendo 57% da mesma é produzida a partir do fuelóleo.

Este não é um cenário atual e demora demasiado tempo a mudar.

Em dezembro de 2009, o Governo Regional e a BENCOM, empresa do Grupo Bensaúde, celebraram um acordo de fornecimento de fuelóleo à Região Autónoma dos Açores.

Este acordo obrigava a BENCOM a fornecer todo o fuelóleo que a EDA e toda a indústria dos Açores necessitasse de consumir e estabelecia as regras para o cálculo do preço.

Entre 2010 e 2021, a entidade reguladora do setor elétrico, a ERSE, não reconheceu à EDA cerca de 22 milhões de euros de custos com a aquisição de fuelóleo.

Isso significa que, no mesmo período, a EDA pagou à BENCOM 22 milhões de euros acima do valor aceite pela entidade reguladora.

Conforme confirmado em audição parlamentar, estes 22 milhões de euros refletem-se direta e negativamente nos resultados da EDA, o que prejudica naturalmente a empresa e a região, enquanto acionista.

Recordamos que a EDA é uma empresa maioritariamente pública, mas é detida também em 39% pelo Grupo Bensaúde, que, por sua vez, é acionista único da BENCOM, empresa que fornece o fuelóleo à EDA em regime de exclusividade.

Os relatórios e contas da EDA demonstram custos com combustível que ultrapassam muitas vezes os 50 milhões de euros.

Ao mesmo tempo, a BENCOM apresenta vendas próximas destes valores, o que significa que grande parte das suas vendas são vendas de fuelóleo à EDA.

Esperava-se que da fórmula acordada para a formação do preço de fornecimento resultasse uma taxa de rendibilidade para o fornecedor em linha com o sector.

Mas, na realidade, o que se verifica é que enquanto a rendibilidade do setor ronda os 2%, a taxa de rendibilidade da BENCOM, de 2018 a 2020, foi

superior a 14% e em 2021 chegou aos 23%! Para nós esses são lucros muito excessivos!

O contrato de fornecimento de fuelóleo foi agora denunciado pela BENCOM. Um contrato que penalizou a Região, penalizou a EDA e beneficiou a empresa BENCOM ao longo de vários anos.

Um contrato marcado por um conflito de interesses que o Bloco tem vindo a denunciar desde maio do ano passado: através deste contrato, a EDA (detida em 39% pelo Grupo Bensaúde) pagou à BENCOM (detida a 100% pelo Grupo Bensaúde) valores muito acima do custo aceite pela ERSE, garantindo-lhe lucros astronómicos.

Só entre 2018 e 2021 a BENCOM teve cerca de 40 milhões de euros de lucros. Em 2021 foram 14 milhões de euros e em média os lucros ultrapassam os 10 milhões de euros por ano. Uma empresa com 60 trabalhadores. Isso é para nós um verdadeiro negócio da China.

A gestão do dinheiro público exige a máxima transparência e o máximo rigor, especialmente quando estão em causa muitos milhões de euros.

Como já referimos, o Governo Regional anunciou que a BENCOM denunciou o contrato, curiosamente um mês antes do final do prazo e já após a apresentação desta iniciativa.

Requeremos ao Governo, por escrito, a comunicação de denúncia de contrato. A Comissão de Economia também o fez. Até agora nada recebemos. Mais um sinal de falta de transparência que ao longo dos últimos meses o Governo nos habituou sobre este processo.

Ao longo dos últimos meses questionamos diversas vezes o Governo sobre este assunto. Obtivemos sempre respostas evasivas, e informação que nos foi repetidamente sonegada.

Ao ponto de ter sido necessário recorrer à ERSE, o regulador, através da Assembleia da República para obter informação que o Governo sempre teve e sempre escondeu.

Nesta fase e tendo em conta a denúncia do contrato pela BENCOM exige-se que o Governo:

- Estude e avalie todas as soluções técnicas quanto ao tipo de combustíveis que podem ser utilizados para a produção de energia, considerando os desenvolvimentos tecnológicos recentes e as perspetivas de desenvolvimento futuro no sector energético;
- Estude e avalie as vantagens e desvantagens da hipótese de contratar separadamente o serviço de fornecimento de combustível e o serviço de armazenamento de combustível;
- Perante as conclusões que resultem da análise das várias soluções técnicas e jurídicas, e de forma a acautelar a defesa do interesse público, assegure o fornecimento de combustível à Região Autónoma dos Açores para a produção de energia avaliando e utilizando os mecanismos legais mais adequados previstos nas regras da contratação pública, que assegurem de igual modo uma revisão do mecanismo de formação do preço do fornecimento em sentido favorável à Região e, acrescento, com margens de rendibilidade aceitáveis.

É preciso, e acima de tudo, que o Governo Regional, defenda o interesse público.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado António Lima.

Está apresentada a iniciativa. Estão abertas as inscrições.

Senhora Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, faça favor.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas** (*Berta Cabral*): Obrigada, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O Senhor Deputado António Lima, traz-nos aqui uma resolução que obviamente se tornou extemporânea e fez a sua alteração integral ontem, por força exatamente da denúncia do contrato. E está aqui a carta e a carta já foi remetida pela nossa Secretaria para conhecimento dos Senhores Deputados,...

Deputado Carlos Silva (PS): Não recebemos!

A Oradora: ... mas também não tenho problema nenhum em entregá-la diretamente à Mesa.

E efetivamente o artigo 6.º do acordo...

Deputada Vera Pires (BE): Está errado, se foi recebida!

A Oradora: Não, não! Eu entre enviei a carta, mas para abreviar caminho, posso entregá-la novamente.

São coisas diferentes, são coisas diferentes.

Deputada Vera Pires (BE): O que significa que não está!

A Oradora: São coisas diferenças, nós respondemos aos requerimentos no prazo estipulado, rigorosamente.

Se não receberam é porque, obviamente, há um percurso que ainda não chegou à vossa mão. Tenho gosto de a apresentar.

Portanto, voltemos ao essencial da questão e não àquilo que é acessório e o essencial da questão é a história deste acordo.

E vamos começar por dizer e provar por A mais B, que este acordo foi estabelecido em 2009.

Era Secretário Regional (é preciso ter dito, não pode haver confusões)...

Deputada Vera Pires (BE): Mas foi dito!

Deputado António Lima (BE): Eu disse!

A Oradora: Este acordo foi estabelecido pelo Governo do Partido Socialista, era Secretário Regional o então Secretário Álamo Meneses.

Deputado António Lima (BE): Eu disse quem era o secretário!

A Oradora: Ponto número! Tem que ficar claro.

Este acordo vem do tempo do Partido Socialista, em 2009.

Deputado António Lima (BE): E eu disse!

A Oradora: O senhor disse, mas eu tenho que o dizer, porque tenho os documentos e tenho a obrigação de defender este Governo, mas também já vou falar do acordo relativamente àquilo que foi na altura feito pelo Governo anterior.

Em 2012 foi revogada a alínea que previa as compensações do Governo à EDA, e bem.

A EDA é uma empresa, a EDA faz o seu trabalho, a EDA teve também, e tem que ter, uma atuação empresarial neste processo. Em 2019, ainda na vigência do Governo do Partido Socialista, o prazo foi prorrogado, porque o prazo era por 10 anos, podendo ser prorrogado por mais cinco, sucessivamente, desde que qualquer uma das partes não o denunciasse, nos termos do artigo 6.º.

Nenhuma das partes denunciou, o contrato foi prorrogado.

Portanto, Senhor Deputado, se tem alguma questão a perguntar porque é que foi prorrogado, tem ao seu lado as pessoas que o poderão esclarecer.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Os seus parceiros de coligação de geringonça!

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

A Oradora: Em 2022, coloca-se a questão de ter que tomar uma decisão para até final de janeiro de 2023, denunciar, ou não, o contrato, porque aí conclui-se os cinco anos e nós temos que denunciar dois anos antes.

O Senhor Deputado fez, no direito que lhe assiste, naturalmente, esta resolução.

Isto não significa que quer o Governo, quer a empresa, não estivessem atentos a estes prazos e não estivessem a ponderar a melhor solução para esta situação.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputada Vera Pires (BE): E o Governo não poderia ter renunciado o contrato!

A Oradora: Portanto, todos tinham o mesmo direito, Senhora Deputada, e o dever, fundamentalmente o Governo, de ponderar se deveria ou não prorrogar esta situação.

Deputado António Lima (BE): E quem é que denunciou?

A Oradora: A empresa fornecedora adiantou-se e denunciou. Muito bem! Está no seu direito. Qualquer uma das partes, pode denunciar. Denunciou e demonstrou que não está agarrado ao acordo. Esta é que é verdade, porque ao ser a empresa a denunciar, está a dizer que não tem interesse nenhum em manter este acordo.

E agora vamos à segunda parte, Senhor Deputado.

Não pode fazer uma leitura simplista, como fez ali, deste acordo.

Este acordo tinha obrigações por parte BENCOM. E a BENCOM cumpriu com essas obrigações.

Eu não estou a defender o Partido Socialista, porque ele está lá para se defender.

O Governo anterior tem as pessoas certas, naquela bancada, para defenderem o acordo.

Agora eu, em plena consciência e racionalidade, tenho que dizer que havia contrapartidas...

(Aparte inaudível da Deputada Vera Pires)

A Oradora: Já lá vamos, Senhora Deputada, se tiver alguma pergunta a fazer, fará.

... e tinha obrigações que foram cumpridas por parte da BENCOM, investimentos que, de acordo com o próprio contrato, cláusula 4.^a, diz que tem que deslocalizar instalações, quer em Ponta Delgada quer em Vila do Porto, tem que fazer investimentos, tem um conjunto de obrigações e são essas obrigações que levaram o Governo anterior a estabelecer este contrato. Se depois o prorrogou também com base nisto ou não, já é uma situação que eu não tenho que esclarecer, nem sei, mesmo que o quisesse.

Portanto, aquilo que eu posso esclarecer é que, do nosso ponto de vista, as obrigações já estavam cumpridas e que neste momento não faria sentido prorrogar. Isso é o que lhe posso dizer.

A empresa antecipou-se (antecipou-se) e qualquer uma das partes tem esse direito. Portanto, nós estamos dentro do prazo, estamos a cumprir o acordo. Em 2025, termina este acordo e a empresa organiza-se, quer de um lado, quer as outras empresas fornecedoras, do lado dos fornecedores, para fazerem os procedimentos concursais, cumprindo toda a legislação aplicável em termos de contratação pública para o seu fornecimento.

É uma matéria que cabe agora e que está no Plano das empresas, quer da EDA, como empresa, quer dos fornecedores, como empresas fornecedoras de combustíveis.

E, portanto, neste sentido, queria deixar aqui esta posição muito clara: o contrato, não será prorrogado e a EDA, que é a empresa que tem que garantir

o seu fornecimento e abastecimento, cumprirá todas as outras disposições, que aqui estão resolutivas, sob a tutela do Governo Regional, mas apenas sob a tutela e não a interferência do Governo Regional, para garantir o abastecimento, que necessita para a produção de energia elétrica.

Muito obrigada.

Voices de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Secretária Regional.

Continuam abertas as inscrições.

Senhor Deputado António Lima, faça favor.

(*) Deputado António Lima (BE): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhora Secretária, eu começo naturalmente por agradecer a sua intervenção e também começo por dizer que aquilo que a Senhora disse, no que diz respeito à resenha histórica deste processo, eu fi-la daquela bancada. Não ocultei datas, nem, naturalmente, tendo em conta as datas, a origem deste acordo.

Da sua intervenção também notei alguma tentativa de defender, aliás, como tem sido habitual neste processo, mais a BENCOM do que o Governo, ...

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Do outro Governo!

O Orador: Não! Do seu Governo! Esse defendeu.

...mas enquanto entidade responsável por este Governo. Aliás, a dada altura, quase que parecia a advogada de defesa da BENCOM.

E ao longo deste processo, as nossas interrogações foram muitas- Aliás, ele não se iniciou agora.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): O Senhor Deputado tem sempre muitas interrogações!

O Orador: Não se iniciou agora. Nós fizemos inúmeras questões até chegarmos às conclusões que chegamos hoje. Muitas questões mesmo.

O problema e a responsabilidade deste Governo, não tem a responsabilidade de ter feito o contrato. Não tem a responsabilidade do contrato ter sido prorrogado, em 2019, automaticamente por renovação, por falta de denúncia de qualquer uma das partes, mas tem uma responsabilidade, Senhora Secretária.

Tem a responsabilidade de ter não respondido, ou melhor, escondido, por diversas vezes, informações que foram pedidas por este Parlamento, por deputados deste Parlamento.

Por exemplo, no que diz respeito à formação do preço, a fórmula de formação do preço, perguntámos por parcelas daquela fórmula que não são claras. E o que é que nos disse o Governo?

Que o preço, um dos fatores, é acrescido de uma margem que foi considerada adequada na altura na negociação do contrato e que, efetuada pelos Membros do Governo da altura, e que não foi facultada ao Fundo Regional de Coesão. Bem, mas o Governo enquanto entidade responsável por este contrato, diz que foi alguém, em 2009, que decidiu e não sabe que valores é que estão em causa.

E o que está a dizer é que a consequência dessa lógica, é que o preço é exatamente aquilo que alguém quiser, porque se a senhora não sabe como é que se forma o preço, se não faz ideia, qual é a margem comercial, se desconhece partes da fórmula, então não consegue fiscalizar se o Governo

está a pagar, neste caso a EDA, está a pagar um preço que é adequado, ou se está a pagar um preço que é excessivo.

Depois, nós perguntamos porque há, de facto, aqui uma parte do processo que tem a ver com os custos máximos, que a Entidade Reguladora aceita para efeitos de compensação à EDA.

Depois de termos perguntado, nós acabámos por descobrir, nos relatórios e contas da EDA, que há uma imparidade.

Foi através dessa imparidade de 6,4 milhões de euros que se percebeu que EDA foi prejudicada durante dois anos, devido a um preço excessivo, para além daquele que é um preço acima daquele que é aceite por um regulador.

E nós perguntamos: de outubro de 2012 (uma pergunta muito direta) até à presente data, qual foi o montante desse eventual excedente, do custo de fuelóleo adquirido pela EDA.

E o Governo, não nos disse. Escondeu essa informação. Deu uma resposta, que não me diz absolutamente nada e nós ficámos exatamente na mesma.

Foi preciso, e como disse naquela tribuna, recorrer ao regulador, o que é lamentável, e acho que é inédito, ter sido preciso recorrer ao regulador, ter sido preciso recorrer à Assembleia da República, para obter essa informação.

Senhora Secretária, o Governo escondeu informação. Aliás, o Senhor Presidente da EDA, honra lhe feita seja feita, chamado à Comissão sobre esta matéria, trouxe os números.

Não batem certo com os da ERSE, é verdade.

São diferentes, é verdade.

Mas trouxe os números.

Então se EDA tinha esses números em sua posse, sabia, nos seus cálculos, ao cêntimo, quanto é que tinha perdido com este negócio, porque é que o Governo não respondeu?

Porque é que o Governo estava a esconder e quem é que o Governo estava a proteger?

Não era o Partido Socialista, de certeza! De certeza!

Deputado Carlos Freitas (PSD): Como é que sabe?

O Orador: Não era de certeza o Partido Socialista.

Qualquer problema que há na Região, que vos caia nas mãos e que tenham que resolver (são Governo, são as contingências de estar no Governo), os senhores apontam o dedo ao Partido Socialista.

Deputado Carlos Freitas (PSD): E onde é que estão os requerimentos antes de 2020?

O Orador: Neste problema, os senhores, resolvem sonegar informação ao Parlamento para proteger quem?

De certeza que não é o Partido Socialista!

Senhora Secretária, deixe-me que lhe diga:

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Isto é uma coisa! Processos de intenções, isso é...

O Orador: A Senhora Secretária referiu há pouco que houve obrigações da BENCOM.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Pessoas a pensar como o senhor é que criaram o regime Pol Pot!

Deputada Vera Pires (BE): Ai meu Deus! Isto é incrível!

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Foi esse tipo de alinhamento que criou o regime de Pol Pot!

O Orador: Senhor Secretário, esses apartes são lamentáveis.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): O que se lamenta agora é a sua intervenção!

O Orador: Eu bem sei que a administração desta empresa é liderada por um ex-Presidente do PSD.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Ah!... Então é isso!

O Orador: Mas tenha calma!

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Isto é uma coisa extraordinária! Vão no caminho do Pol Pot, vão!

O Orador: A Senhora Secretária refere que a empresa teve obrigações de investimento.

Os lucros são depois dos investimentos.

Os lucros são deduzidos desses investimentos. Não é bem assim.

A empresa não está a pagar os investimentos, quer dizer, não está a perder dinheiro com os investimentos, está a ganhar, e não é pouco.

Em 2021 teve lucros de 14 milhões de euros, com (imagine-se!), 60 trabalhadores. Isto dá a módica quantia de 242 mil euros por trabalhador. São de certeza os trabalhadores mais produtivos do país (242 mil euros). São de certeza os trabalhadores mais produtivos do país.

Isso demonstra claramente que este contrato não poderia permanecer. Aliás, o que é lamentável é não ser o Governo a ter a iniciativa de o denunciar, para proteger o interesse público. E o Governo não o fez.

Foi a empresa, que está a ganhar dinheiro. Certamente, quer ganhar menos. Certamente que quererá ganhar menos.

Mas eu comparo, por exemplo, com outras empresas do grupo.

Por exemplo, só para termos uma noção da realidade e da ordem de grandeza...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor está em plena contradição com o que disse há 3 minutos atrás!

O Orador: ... a INSCO com a módica quantia de quase 200 milhões de euros de faturação, com quase 1400 trabalhadores, tem um lucro de menos de 5 milhões de euros.

Esta empresa com faturação de 62 milhões de euros, 60 trabalhadores, 14 milhões e meio de lucros.

Se o Governo achou que esse contrato era favorável à Região e não garantia lucros abusivos, então eu acho mesmo que este Governo precisa de rever a sua noção de defesa do interesse público.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado Rui Martins está inscrito. Faz favor.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente e Membros do Governo:

Eu devo começar por dizer que o Bloco de Esquerda tem demonstrado, como prova esta semana, que pela nos assuntos pela rama, e embarca na veia populista para dizer que há benefícios de indivíduos de A ou B e depois cavalga a turba das redes sociais, como fez ontem também de forma atabalhoada, e imprecisa, levantando suspeições e processos de intenções, que é o que o Bloco tem estado a fazer e foi o que demonstrou ontem, também na sua declaração política.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Exatamente!

O Orador: Exatamente a mesma coisa: imprecisões, levantamento de suspeições e processos de intenções. Não passa disso.

E sabe porque é que o Bloco de Esquerda pega nos assuntos pela rama?

Vamos lá começar com o com o contrato de 2009. O contrato de 2009 previa uma compensação do Governo Regional à EDA, por aquilo que eram os custos, não cobridos que eram quantificados em 6,4 milhões de euros.

Deputado António Lima (BE): Era público!

O Orador: Era público. Estava nas contas.

As contas da EDA (o contrato existia)...

Deputado António Lima (BE): Não, não têm contrato!

O Orador: ... e as contas diziam 6,4 milhões de euros de compensações do Governo Regional.

Abaixo dizia: “dada a incerteza sobre a sobre a efetiva concretização deste acordo regista-se esta imparidade”.

O que é que isto quer dizer?

Desde 2011, aparece isto em todos os relatórios de Contas. Eu só consultei até 2011.

Estava lá. Regista-se a imparidade.

E digo-lhe mais, Senhor Deputado: se fosse algo que a empresa também assumisse que era um ganho devido pelo Governo Regional, não eram 6,4 milhões de euros, todos os anos; era 6,4, mais 6,4 mais os juros. Ou seja, a empresa assumiu que não era,...

Deputado António Lima (BE): Não é isso que está e causa!

O Orador: Não é isso que está em causa agora, mas isto foi o ponto de partida do Bloco de Esquerda, neste assunto, levantar suspeições infundadas e pela rama, sobre aquilo que eram os acordos que tinham sido celebrados na altura.

Relativamente àquilo que é o acordo. O acordo entre o Governo Regional, a EDA e a BENCOM, no fundo, era por conta da indústria dos Açores, poder adquirir fuelóleo, a um preço mais competitivo.

Porquê? Porque tínhamos a EDA, que consome 80% das necessidades de fuelóleo da Região, e o setor empresarial dos Açores beneficiava deste acordo por volume, em que a EDA, obviamente, se fizerem compras

separadas, que é isto que esta denúncia do contrato com o Bloco pretende e que acabou por dar legitimidade moral à própria BENCOM...

Deputado António Lima (BE): E mal!

O Orador: ... para denunciar o contrato,...

Obviamente! Porque quem é que detém as reservas, Senhor Deputado?

Quem é que detém as infraestruturas de reserva?

Deputado António Lima (BE): Vá por aí!

O Orador: Quem é? É o Governo Regional?

Vou por aí, vou! Vou por aí!

É que aquele contrato, salvaguardava que havia uma garantia de fornecimento, sempre, quando o Governo Regional não tem infraestruturas de reserva. Está a perceber?

Ou seja, se houvesse falhas, era a empresa que tinha que colmatar essas deficiências e não havia pagamento por parte do Governo Regional, acrescido por conta disso.

E o que o Bloco de Esquerda fez e os açorianos e a indústria açoriana devem agradecer ao Bloco de Esquerda, é exatamente isto, é agora a legitimidade moral da BENCOM denunciado um contrato que agora permite,...

Deputado António Lima (BE): Qual legitimidade moral?

O Orador: ... numa situação de crise energética, poder rever o contrato, renegociar o contrato e fazer a margem que quiser, porque o Governo Regional nunca investiu em infraestruturas de armazenamento.

Voltando um bocadinho atrás acerca dos tais lucros, dos custos e daquilo que é a diferença entre aquilo que era acolhido pela ERSE, enquanto custo, e aquilo que é o custo que era admitido, a nível regional pela EDA.

Eu devo dizer-lhe, que a ERSE nunca reconheceu a totalidade dos custos com a aquisição de combustíveis.

Deputado António Lima (BE): Já sim senhor!

O Orador: Não, não! Nunca reconheceu. Porquê? Até lhe digo mais...

Deputado António Lima (BE): Sim, sim. Começou em 2021!

O Orador: Não! Em 2021, efetivamente houve lugar a reembolso por parte da ERSE, exatamente. Mas sabe porquê?

Sabe porquê? Por conta do acordo que tinha sido celebrado, que não permitia a imputação de custos da BENCOM ao Governo Regional ou à EDA.

Exatamente por essa via. É por isso que EDA começou a ser compensada pela ERSE.

Exatamente no momento em que a empresa regional começa a ser compensada pela ERSE, é quando os senhores querem denunciar o contrato.

Isto é factual! É factual, Senhor Deputado.

O Senhor Deputado Vasco Cordeiro até lhe pode esclarecer melhor, com mais propriedade.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não, não! Não esclarece nada!

O Orador: Mas pronto!

Devo dizer-lhe que outra das situações da ERSE, outro dos problemas da ERSE, neste não reconhecimento, tem a ver, por exemplo (e dou-lhe só um exemplo) relativamente aos custos com pessoal.

A ERSE reconhece que há nove ilhas, mas o efetivo de pessoal tem que ser igual ao da Madeira, que é uma ilha.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Então é isso mesmo!

O Orador: Ou seja, todo este acréscimo de pessoal, em todas as outras mais oito ilhas (não é?), não é reconhecido pela ERSE.

E como é que se constrói a formação do preço?

Como é que é feita a formação do preço?

Deputado António Lima (BE): Explique-me! É que ninguém sabe! O Governo não sabe, mas o senhor sabe!

O Orador: Isto é uma economia de mercado. É muito simples, Senhor Deputado. Até se calhar o Senhor Deputado Nuno Barata também lhe consegue explicar...

Deputado Nuno Barata (IL): Para esta Resolução do BE podemos rever o preço!

O Orador: Exatamente, mas isso foi o que eu disse. Deu a legitimidade moral à BENCOM, para agora poder aumentar o preço e mudar o que entender.

Mas vamos lá formação do preço! Estamos a falar como é que se forma o preço?

É o preço do combustível, em concurso internacional, é o preço de transporte e mais o preço de armazenamento. Isto é a formação do preço.

O preço é assim!

E depois, como é que então a ERSE regula o preço, se a ERSE não estipula um preço máximo, no fundo, para o valor do combustível em concurso internacional?

Estamos sempre dependentes do mercado, dos valores de mercado.

Deputada Vera Pires (BE): Ah! A Entidade Reguladora não regula?

O Orador: Não. Não regula, Senhora Deputada. A Entidade Reguladora regula o preço do crude? Regula? Diga-me lá, Senhora Deputada Vera Pires, regula?

Os concursos internacionais... O Bloco de Esquerda andou a dizer que havia, o seu partido andou a dizer, que havia um monopólio nos Açores. Sim, disse que havia um monopólio dos Açores por parte da BENCOM.

Deputado Pedro Neves (PAN): A ser monopólio não interessa, mas é monopólio!

Deputada Vera Pires (BE): Por isso é que há um monopólio!

O Orador: Calma! Então vou dizer, Senhor Deputado Pedro Neves: sabe quem é que ganhou o concurso de fornecimento de combustível para São Jorge e Pico?

Foi a Repsol. A Repsol, que eu saiba, não é da Bensaúde, nem da BENCOM. São concursos internacionais, neste momento, do fuelóleo.

Onde é que está a chave do negócio?

A chave do negócio é o armazenamento, Senhor Deputado!

Então e quem é que tem as infraestruturas de armazenamento? É o Governo Regional?

Então, e agora, o que é que o Bloco de Esquerda (e termino por aqui, que não vale a pena prosseguir mais), ...

Deputado António Lima (BE): Mais um advogado de defesa da BECOM!

O Orador: Não! Não é advogado de defesa da BENCOM.

Eu vou dizer-lhe, Senhor Deputado:

As reservas estratégicas da Região estão, efetivamente, do lado, de quem tem a reserva, a infraestrutura de reserva.

E o que o Governo anterior, o que este contrato, quem quer que seja que o assinou, acabou por caucionar (a caucionar, não), por precaver a Região, é que a Região, enquanto tinha uma obrigatoriedade de uma entidade privada neste caso, que tinha as reservas de garantir que havia uma reserva energética, sempre, e que não havia problemas de fornecimento de energia. Isto foi o que foi garantido por este contrato.

É o melhor contrato do mundo? Não sei! Não sei se é! Não lhe posso dizer, não é a minha área.

Não, não é, Senhor Deputado.

O que eu vejo é que, nesta situação, o que o Bloco de Esquerda fez foi garantir que a BENCOM, agora, antes que estava impedida, por exemplo, de cobrar um sobrecusto pelo armazenamento, agora pode fracionar a formação

do preço do custo do combustível e dizer, “sim, senhor, o senhor até pode ir ao mercado internacional buscar tudo muito mais barato, e depois trá-lo para cá, atrás três petroleiros”, e depois chega aqui, onde é que o armazena? Depois paga o preço que a BENCOM quiser! É isto, Senhor Deputado.

Muito obrigado.

Deputada Vera Pires (BE): Mas está a confirmar a má-fé da BENCOM!

Deputado António Lima (BE): Estamos nas mãos da BENCOM!

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Que fique registado que o aparte da “má-fé da BENCOM”, é um aparte do Bloco de Esquerda!

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado António Vasco Viveiros.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não estamos! Já vão explicar! Tenha calma!

(*) Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Secretários Regionais:

A iniciativa do Bloco de Esquerda, naturalmente, foi uma iniciativa legítima. Trouxe a público, trouxe a esta Assembleia, um conjunto de informações sobre uma matéria que é muito relevante, que são os combustíveis e, sobretudo, os combustíveis consumidos pela EDA, que, por exemplo, em 2021 representaram 60 milhões de euros, e representam cerca de 30% dos custos da EDA.

Portanto, tudo o que tem a ver com combustíveis, é naturalmente muito relevante.

Mas a vossa iniciativa, a partir do momento, que o contrato é denunciado, é evidente que perde gás aqui, naturalmente, porque aquilo que poderia ser a base da discussão, era se o contrato seria denunciado pelo Governo, ou não seria denunciado pelo Governo.

Essa era uma questão que poderia ser colocada no futuro, se se chegasse à conclusão de que esse contrato, de facto, tinha sido lesivo do interesse da região.

Mas em termos daquilo que insinuou relativamente à proteção do Governo relativamente ao Grupo Bensaúde, é bom recordar o seguinte: foi com este Governo que a distribuição dos dividendos da EDA, passou a ser o mínimo possível, dentro daquilo que são as regras do Código Comercial.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Portanto, antes, os lucros de 2020... Esta questão é relevante. Esta questão é relevante, porque haviam acusações, e o PSD, enquanto oposição, e o PPM, liderou esse processo, entendiam que parte dos dividendos deveriam ficar na empresa para reinvestimento e isso este Governo está cumprindo naquilo que é prometido dentro do código comercial.

Mas relativamente aos pontos resolutivos que se mantêm na sua iniciativa, é evidente que a maior parte deles, os três, todos eles, tecnicamente, ainda que o Governo como acionista possa acompanhar a sua avaliação, mas são informações técnicas que só a EDA tem capacidade técnica para os desenvolver e o Governo, como acionista, acompanha.

E aqui também convém deixar uma palavra à própria EDA, não à atual administração, mas ao passado da EDA, em que foi uma empresa sempre com imensa capacidade técnica, que tem que ser reconhecida, quer nas áreas de planeamento, quer nas áreas da operação.

Portanto, é uma empresa que todos nós devemos orgulhar, por aquilo que é a sua capacidade técnica, ainda que não seja isso que esteja em discussão.

Agora relativamente ao futuro, o que importa verdadeiramente é diminuir o consumo de combustíveis fósseis e essa estratégia que o Governo tem, a EDA também alinha nessa estratégia, naquilo que são os investimentos que estão previstos nos próximos anos, em energias renováveis, designadamente através de financiamento do PRR, e esse é o grande desafio da Região, é a diminuição da dependência das energias de combustíveis fósseis.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Relativamente ao contrato que será celebrado, ou o concurso que será celebrado a partir de 2024 ou 2025, aquilo que esperamos é que, pelo menos em termos relativos, a necessidade de combustíveis fósseis, sejam inferiores ao que são neste momento, no conjunto daquilo que é a produção da energia da EDA, e que as condições de mercado sejam o mais favorável possível à EDA, traduzindo-se naturalmente, tudo isso em benefício dos açorianos.

Agora, conclusões precipitadas, Senhor Deputado António Lima, relativamente aqui, à ligação do Governo, à proteção do Governo, a determinadas empresas, penso que não é legítimo que o faça, pelo menos com este Governo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E diria ainda outra questão, só para terminar:

Aquilo que são as suas conclusões, do ponto de vista microeconómico, que uma empresa que concentra trabalhadores teve um lucro de 240 mil euros por trabalhador, ou que a INSCO tem 1400...

Deputado António Lima (BE): Mas acha que é pouco?

O Orador: Não! Não digo que é pouco. Mas, honestamente, qualquer comparação nessa área, tem de ser feita dentro dos mesmos setores e não comparando setores diferentes.

Tudo bem, mas isso é legítimo. Não pode é fixar aqui um padrão que o lucro por trabalhador tem que ser igual entre empresas de setores diferentes. É evidente que não é!

Deputado António Lima (BE): Já lhe mostro qual a rentabilidade do setor!

O Orador: Tudo bem. Se tem informações, eu não tenho sobre isso.

Sobre o setor da dos combustíveis, não tenho informações.

E, portanto, aquilo que nós pensamos é que estão criadas as condições para um novo concurso.

O contrato está denunciado, foi denunciado pela BENCOM e o mercado a funcionar dará os sinais que serão importantes, mas sem perder aqui o essencial que é, de facto, a transição energética, aí, sim, é que nos pode trazer grandes vantagens.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado Vasco Cordeiro.

(*) Deputado Vasco Cordeiro (PS): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo: Eu devo confessar que ouvindo algumas das intervenções que me antecederam, me faz lembrar daquela história, não sei se verdadeira, se não, que se conta a propósito de uma visita em que, logo a seguir ao 25 de Abril, um destacado dirigente do nosso país foi visitar um Primeiro-Ministro estrangeiro, e que lhe terá dito: “bom, nós estamos empenhados em acabar com os ricos”.

E esse Primeiro-Ministro, se não me falha a memória, Olof Palme, respondeu: “ah, é interessante; nós aqui estamos empenhados é em acabar com os pobres.”

Bom, o que eu gostava de dizer sobre isso é, em primeiro lugar, não há efetivamente um empenho de defender os ricos, de favorecer, ou de outra forma qualquer de privilegiar quem quer que seja.

E este contrato, é importante que se diga, que, na altura em que foi assinado, não visou, nem prejudicar uns, nem beneficiar outros, das partes do contrato. Visou simplesmente defender a energia, defender os açorianos, numa questão fundamental, como é o fornecimento de energia.

E gostava de dizer que nós achamos muito bem que se estude tudo o que for preciso estudar.

Aliás, sendo aprovada esta proposta de resolução, recomendava, verbalmente, ao Governo que, em relação aos seus pontos resolutivos, primeiro e segundo, tenha em conta a necessidade, que me parece (e o próprio proponente reconhecerá) de aperfeiçoar o objeto desse estudo.

Julgo que o que está aqui em causa não é apenas a questão do fornecimento de combustível e serviço de armazenamento de combustível, mas é em concreto essa componente do fuelóleo.

E isso também permitirá, julgo eu, demonstrar que, em primeiro lugar, esse estudo, em relação a este contrato, na altura em que ele foi assinado e na altura em que ele vigorou, defendeu o interesse dos açorianos. Defendeu o interesse dos açorianos! E isso é importante, que também esteja presente nessa discussão.

A configuração do nosso setor de armazenamento e fornecimento de combustível e, em especial de fuelóleo, é o que é.

É perfeito?

Provavelmente não!

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem! É verdade!

O Orador: Mas é o que é, mas vai uma distância muito grande desta situação até dizer que houve, ou há, uma espécie de complô que envolve Governo, administradores, funcionários da EDA, toda a gente no sentido de beneficiar uma empresa.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Muito bem!

O Orador: Este contrato beneficiou, em primeiro lugar, os açorianos.

Teve um custo? Claro que teve!

Claro que teve! Nuns anos esse custo foi para a EDA, noutros anos, e é importante também dizê-lo, esse custo foi para a BENCOM. É importante também dizê-lo!

Agora que se deve estudar, clarificar, verificar se nesta situação nós podemos melhorar a ação que vinha de trás, absolutamente de acordo.

Sem pré-juízos de valor em relação a uma conduta que, segundo nós sabemos, neste momento, não existe qualquer motivo para haver esses pré-juízos de valor.

E, portanto, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Acho que em matérias dessas, nós precisamos de ter cuidado com as afirmações que fazemos, com as insinuações que fazemos, com as suspeições que fazemos; ter em atenção, e aí estamos inteiramente de acordo com o Bloco de Esquerda, que é importante estudar, que é importante verificar.

Agora, não resta a mínima dúvida que este contrato com o custo que teve, umas vezes para a EDA e outras vezes para a BENCOM, defendeu, em primeiro lugar, o interesse dos açorianos, naquilo que tem a ver com o acesso à energia elétrica, porque toda a questão relativa às energias renováveis é absolutamente fundamental, mas infelizmente, com a estrutura que nós

temos, não conseguimos dispensar, nem que seja como margem de segurança, a existência de combustíveis fósseis.

Infelizmente – digo – é assim.

Muito obrigado.

Voices de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado Rui Martins.

(*) Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito obrigado., Senhor Presidente, Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente e Membros do Governo:

Eu faço uma intervenção muito breve apenas para questionar o Bloco de Esquerda neste sentido, que é: como é que pretende o Bloco de Esquerda ultrapassar, no fundo, aquilo que é, como disse e bem o Senhor Deputado Vasco Cordeiro, a situação da Região?

Ou seja, no fundo, o eventual até, estrangulamento de armazenagem.

Pretendo o quê? Fazer novos investimentos?

Quem é que os vai fazer? A EDA ou a Região?

Será que faz sentido investir em infraestruturas para combustíveis fósseis quando a política de transição energética, e a tendência, é para que os mesmos sejam abandonados? Essa é a pergunta que deixa o Bloco de Esquerda.

E gostaria de dizer que relativamente àquilo que é a intenção do Bloco de Esquerda, obviamente que foi feita ao Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda uma proposta de alteração que retirou aquilo que já estava

conseguido, obviamente, é natural, é o é o prosseguimento normal dos projetos.

Quando deu entrada, não tinha havido denúncia do contrato, agora houve denúncia. Pronto!

Aquilo que está aqui neste Projeto de Resolução, obviamente que da parte do CDS também concordamos, integralmente, com o facto da Região perseguir, constantemente, aquilo que seja a defesa dos interesses dos Açores, dos açorianos e da indústria e da economia, sempre!

Aí estamos totalmente de acordo que se estude e que se veja.

Apesar de eu achar interessante, aqui, o terceiro ponto resolutivo, que diz “a formação de um preço do fornecimento em sentido favorável à região”, no sentido favorável à região, haverá de ser desfavorável eventualmente a alguém.

Eu vou dizer-lhe só uma coisa, que é um maneirismo árabe, talvez é uma forma de estar do mundo árabe que tem a ver com o negócio:

Um bom negócio é quando nenhuma das partes está contente. Isso é que é um bom negócio! Não é quando uma das partes está contente, porque isso quer dizer que alguém que está a beneficiar, alguém que está eventualmente a pagar menos do que aquilo que devia, ou alguém que está a receber mais do que aquilo que devia. E quando nenhuma das partes está contente, quer dizer que há um que sente que poderia pagar menos, mas não conseguia, e há alguém que sente que poderia receber mais, mas, no fundo, houve aqui um encontro. E é por isso que é estranho que o Bloco de Esquerda coloque isto no....

Deputado António Lima (BE): Mais?

O Orador: Se o Senhor Deputado não percebeu, há o contraponto.

Deputado António Lima (BE): Percebi!

O Orador: Alguém que podendo receber mais, não recebeu. E alguém que podendo pagar menos também não pagou menos. Ou seja, é o tal encontro em que nenhuma das partes está contente.

E é por isso que digo que não deixa de ser interessante esta marca ideológica do Bloco de Esquerda, que mesmo assim coloca no seu Projeto de Resolução que seja em sentido favorável à Região.

Ora, eu não duvido que a negociação dos responsáveis máximos da Região seja sempre na defesa dos superiores interesses da região. Não duvido no presente, não duvido que anteriormente tivesse sido diferente.

“Depois da guerra, o que não faltam é generais”, isso é um facto, mas a realidade é isto. Por isso deixo esta pergunta ao Bloco de Esquerda.

Quanto ao conteúdo, pese embora esta referência que fiz, é óbvio que da parte do CDS não temos qualquer oposição a que o Governo ensede os seus melhores esforços, aliás, que agora estará obrigado, uma vez que houve esta denúncia de contrato, para que haja uma solução que seja favorável aos interesses dos Açores e dos açorianos.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Senhor Deputado António Lima, faça favor. Tem a palavra.

(* **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

As visões algo catastrofistas desta situação, não me parece que sejam boas. Em primeiro lugar, porque nós todos temos responsabilidades, e não tenho qualquer problema que seja chamado às minhas, mas eu acho que todos devemos assumir as nossas.

E o nosso papel aqui não é defender A, B, ou C. É defender uma entidade: a Região.

E, infelizmente, o que eu vejo, é intervenções, principalmente do CDS, de quem vai a uma negociação, e se é essa a postura do Governo Regional para a negociação, que é: bem, os senhores, é que têm o armazenamento, digam lá, quando é que nos vão cobrar?

Se o Governo Regional vai para a negociação...

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Não!

O Orador: ... ou qualquer negociação, seja este caso ou outro, já perdeu.

Já perdeu! Não vai lá fazer nada. Mais vale mandar vir a fatura, porque é para pagar. É que já perdeu!

E eu não acredito que a Senhora Secretária vai para a negociação com a atitude do Senhor Deputado Rui Martins.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Não vou para negociação nenhuma! Não há negociação nenhuma com o Governo!

O Orador: Isso não pode ser, porque há aqui um monopólio e há uma infraestrutura que, já agora, sendo uma infraestrutura crítica, essencial, não faz sentido duplicar.

Talvez a solução ideal era ter sido uma infraestrutura pública.

Não estou a dizer que é para nacionalizar.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Faz sentido o quê? Nacionalizar?

O Orador: Eu não estou a dizer que é para nacionalizar. Estou a questionar a opção de haver uma infraestrutura crítica, essencial, que não faz sentido duplicar e não ser pública.

Mas eu também recordo, em primeiro lugar, que este Projeto de Resolução não recomenda um concurso público. Recomenda a utilização dos

instrumentos de contratação pública mais adequados e o concurso público pode não ser o instrumento mais adequado.

Essa decisão cabe ao Governo.

Por isso, essa decisão cabe ao Governo, porque a contratação pública prevê vários instrumentos.

O que foi utilizado foi o ajusto direto.

Deputado Carlos Silva (PS): Está previsto!

O Orador: Também está previsto. Está previsto o concurso público, está prevista a negociação. O Governo deve estudar a melhor solução e se decidir separar o fornecimento do armazenamento, também, naturalmente, pode adotar soluções diferentes.

Agora também recordo que esta não é uma negociação entre partes iguais. A Região representa o Estado e o Estado tem instrumentos que lhe dão preponderância numa negociação deste tipo. E julgo que não preciso dizer mais.

O interesse público deve ser defendido acima de tudo. É óbvio que todos nós queremos reduzir o consumo de combustíveis, queremos reduzir o consumo de fuelóleo, aliás, é um combustível terrível, extremamente poluente.

Agora nós, enquanto isso não acontecer, também temos que reduzir o preço, ou principalmente a margem, porque o preço depende de outros fatores.

E, Senhor Deputado António Vasco Viveiros, vou-lhe fazer chegar, um relatório analítico da empresa que compara a taxa de rentabilidade da BENCOM, com outras empresas do setor e da mesma dimensão, e já dou de barato que a BENCOM por estar sozinha no mercado regional, numa região ultraperiférica, tenha que ter, ou deva ter, ou possa ter, rentabilidades superiores, mas em 2018, por exemplo, a BENCOM teve uma rentabilidade de mais de 14%.

Uma empresa do mesmo setor, com a mesma da mesma dimensão, 2%.

Não acha que há aí um valor intermédio que seria mais adequado?

2019 - 17%!

Setor da mesma dimensão, menos de 2%.

Não haverá aí um valor intermédio mais adequado?

Eu julgo que sim. Não tenho os dados 2023, mas será interessante comparar a taxa de rentabilidade de 2021 da BENCOM: mais de 23%. Não me parece que o setor tenha subido astronomicamente.

Senhor Deputado Rui Martins, respondo-lhe à sua pergunta: a nossa solução e a nossa visão está no Projeto de Resolução, integralmente.

O Governo deve estudar as melhores soluções tendo em conta a realidade e o desenvolvimento do setor elétrico, futuro.

Eu diria que não há aqui duas partes que estão insatisfeitas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Há uma parte que nunca fica satisfeita!

O Orador: A EDA tem que estar insatisfeita.

Se não estiver... Aliás, de certa forma, isso foi referido pelo Senhor Presidente da EDA, porque olhando para o custo não aceite pelo regulador, em 2013, 3 milhões de euros; em 2014, 4,7 milhões; 2015, 2 milhões de euros, e por aí fora, porque não quero gastar tempo todo.

Só em 2021 é que o custo não ultrapassou aquilo que é aceite pela ERSE, ou seja, a EDA tem de estar extremamente insatisfeita, porque todos os anos perdeu milhões de euros, com este contrato.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): E agora quer ganhar dinheiro!

O Orador: Bem, se isto é um bom resultado, se este contrato não merece, ou não merecia, uma revisão e uma nova contratação de outra solução, então eu não sei o que é que merece e eu não sei que defesa do interesse público é esta.

Para nós, defender o interesse público, é exatamente colocar os interesses da Região, em primeiro lugar, e obviamente, utilizar todos os instrumentos que estão ao nosso dispor para garantir que a Região não pague taxas de rentabilidade absurdas como este contrato tem garantido nos últimos anos.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente e Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda, nesta matéria, está a fazer um discurso direcionado para o Governo Regional...

Deputado António Lima (BE): Lembra-se do que disse em novembro?

O Orador: ... com críticas...

Deputado António Lima (BE): Quer que peça explicações a quem? A D. Afonso Henriques?

O Orador: ... ao Governo Regional.

Não precisamos de recuar tanto, Senhor Deputado.

Neste caso, os protagonistas não desapareceram há uns séculos. Estão aí sentados ao seu lado.

A questão aqui, Senhor Deputado... Não fique exaltado que eu vou votar favoravelmente a posição do Bloco de Esquerda. Portanto, vou dar a minha opinião.

Agora, Senhor Deputado, o que lhe quero dizer é o seguinte: o Senhor direcionou-se para o Governo Regional: aquele contrato era uma miséria; aquele contrato provocou prejuízos muito significativos à Região Autónoma dos Açores.

Eu pergunto-lhe o seguinte: quem é que o fez?

Deputado António Lima (BE): Eu disse!

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Foi este Governo? Foi este Governo que o fez?

Não preciso recuar a D. Afonso Henriques.

O Senhor Deputado tem ao lado o Governo responsável por essa matéria.

Senhor Deputado, o que é que este Governo podia fazer?

(Aparte inaudível do Deputado António Lima)

O Orador: Oiça! Oiça! Tenha paciência, tenha paciência.

Toda a gente me interrompe neste Parlamento.

Deputado José Contente (PS): Estamos a seguir os seus exemplos!

O Orador: Eu não consigo!

Não é só a Senhora Deputada Ana Luísa, é toda a gente.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O problema não deve ser de toda a gente!

O Orador: Não! O problema é de toda a gente, porque eu tenho o direito aqui a falar, sem ser interrompido.

E por isso, Senhor Deputado, o que eu lhe pergunto, é: o Governo podia ter denunciado este contrato, antes? Podia?

O senhor diz na sua resolução que é denunciado com dois anos de antecedência.

O que é que o Governo fez?

Denunciou com dois anos de antecedência.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não é verdade!

O Orador: Ou seja, nós vamos...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não há necessidade de ir por aí!

O Orador: Oiça!

O Governo assumiu nesta matéria...

Deputado António Lima (BE): Não assumiu nada!

O Orador: Oiça! A democracia é falar e ouvir, deixar os outros darem a sua opinião. Terá a sua oportunidade, ainda tem muitíssimo... Não! Muitíssimo não tem! Tem um minutos e 40 segundos. Para si é muito com o seu poder de síntese.

Mas o que eu lhe quero dizer é que o Governo o que fez nesta matéria foi, de facto, fazer aquilo que estava ao seu alcance.

Deputado Carlos Silva (PS): Que era o quê?

O Orador: E, portanto, nesse sentido não vejo que críticas podem ser dirigidas ao atual Governo.

Mas vou dizer-lhe uma coisa, Senhor Deputado.

Olhe o que nós fizemos e que o Governo anterior não fez.

Lembra-se dos dividendos da EDA, que eu critiquei aqui tanto?

Deputado Carlos Silva (PS): O que é que o senhor queria fazer em relação à EDA?

O Orador: Em que o Governo Regional dizia que os dividendos eram distribuídos na sua prática totalidade. Lembra-se dessa matéria?

Sabe o que é que nós fizemos?

Neste momento, os dividendos da EDA só são realizados no seu máximo legal, ou seja, aos 50%.

É uma diferença fundamental!

Nós podíamos não o ter feito, mas a verdade é que o fizemos e tivemos uma atuação diferente que o Governo Regional, nesta matéria não teve.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

E sabe para quê?

Para proteger a empresa, porque a empresa está a fazer um conjunto de investimentos que são fundamentais para as políticas que nós defendemos para o futuro, que é, por exemplo, a aposta dos renováveis, em que é preciso fazer uma aposta muito significativa. Olhe só aquilo que está a ser feito na ilha do Corvo, só para dar um exemplo, (eu dou o exemplo da ilha do Corvo, porque todas as outras já tinham energia renovável e nós não tínhamos) estamos a falar de um investimento, em renováveis, de 11 milhões de euros. Onze milhões de euros que vão ser feitos nesta legislatura!

Um investimento muitíssimo significativo. Só por aí pode ver a escala do esforço que tem de ser feito.

E o que é que acontecia com o Governo do Partido Socialista anterior?

Pois, sangrava a empresa todos os anos, através da distribuição dos dividendos.

Deputado Carlos Silva (PS): O que é que o senhor queria fazer em relação à EDA?

O Orador: Como está a ver, sangrava a empresa todos os anos, através da distribuição de dividendos.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sangrava o quê?

O Orador: É um facto! É um facto! É indesmentível.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Nem é facto, nem é indesmentível!

O Orador: Senhor Deputado, estamos de acordo nesta matéria.

Foi feito um esforço de alterar esta situação e a aposta que o Governo Regional está a fazer nesta matéria, que é aquilo que é essencial (e vou terminar que é para ficar com algum tempo para lhe responder) é fazer a aposta que estamos a fazer, que é nos renováveis, e assim vamos ter muito menos dependência dos combustíveis...

Deputado António Lima (BE): Não, não!

O Orador: ... e os negócios não serão tão favoráveis, como diz V. Exa., apesar de vivermos num enquadramento periférico.

O que lhe quero dizer é que esta aposta, e o que o Governo está a fazer, é fundamental. Veja o plano de investimentos da EDA. Mais de 300 milhões de euros, que é um esforço muito significativo.

O grau de autonomia da Região em relação à dependência das fontes de combustível, do fuelóleo, nomeadamente, vai diminuir drasticamente nos próximos anos.

Não podem diminuir totalmente. Não é possível, como bem dizia o Senhor Deputado Vasco Cordeiro. Não é possível!

Não é possível eliminar em absoluto, mas é possível diminuir drasticamente essa dependência e o Governo está a fazer bem.

Está a seguir a estratégia correta, Senhor Deputado. E também, de acordo com aquela que era a sua perceção, também fez o que tinha que fazer, que foi denunciar, denunciar, denunciar este contrato.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O Governo não denunciou! Eu peço desculpa, mas isso não é verdade!

O Orador: É isso que vai ser feito. Já foi informado a Câmara...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não foi o Governo que denunciou o acordo!

O Orador: É essa a perspetiva, é essa a indicação e é essa a informação que nós temos neste momento.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Mas não foi o Governo que denunciou o acordo!

Deputado António Lima (BE): A Senhora Secretária tem que desmentir isto!

O Orador: Eu sei, mas eles sabem perfeitamente quem é que tem a maioria do capital social. Não é? Sabem perfeitamente quem tem a maioria do capital social.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Ó senhor, o senhor ainda não percebeu?

O Orador: Portanto, na nossa perspetiva, a estratégia que está a ser corrida, a estratégia que está a ser desenvolvida por parte do Governo é a estratégia adequada.

Deputado Berto Messias (PS): Está a mentir claramente!

O Orador: É a estratégia adequada em relação a esta matéria.

Finalmente, as circunstâncias de negociação daqui a dois anos, vão ser piores?

Nós temos uma situação atualmente com uma crise energética que tem a ver com um conflito bélico.

É impossível de prever quais são as circunstâncias reais daqui a dois anos.

Mas também tenho a certeza absoluta: com a independência das circunstâncias, que ninguém pode prever de forma exata, o que eu posso assegurar é que o Governo Regional irá defender os interesses dos Açores.

O Governo Regional entra em qualquer negociação, este e quero acreditar que também os restantes governos regionais, entram num processo de negociação para defender os interesses dos Açores.

Eu, se fosse governante, era o faria: eu iria tentar que a Região tivesse o maior benefício possível em todos os contratos que negociamos, para beneficiar a Região Autónoma dos Açores e assim beneficiar o povo dos Açores.

E até prova em contrário, é isso que o Governo Regional tem feito em todos os processos de negociação: tentar alcançar o melhor acordo possível para a Região Autónoma dos Açores e, portanto, sobre isso, penso que não devem surgir qualquer tipo de desconfianças por parte de Vossa Excelência.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Atingimos a nossa hora regimental.

Vamos fazer o nosso intervalo para o almoço.

Regressamos às 15h00.

Eram 13 horas e 05 minutos.

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados, agradeço que reocupem os vossos lugares para reiniciarmos os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 02 minutos.

Pergunto se há mais inscrições para este ponto que estávamos a discutir, o ponto 9 da Agenda.

Senhor Deputado Carlos Furtado, faça favor.

(*) Deputado Carlos Furtado (Indep.): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados:

Peço para intervir neste debate para informar que não vou acompanhar este Projeto de Resolução, e tratando-se de um Projeto de Resolução, que tem as suas limitações, é uma recomendação, mas o que essa recomendação, no fundo, indica, são atos de boa gestão empresarial, neste caso, atos de boa gestão da coisa pública, que eu entendo que qualquer Governo já o faz sem ficar à espera de uma recomendação do Bloco de Esquerda e depois, por consequência, da Assembleia Regional.

Ou seja, o que para a posterioridade fica, se este Projeto de Resolução for aprovado, é que a Assembleia Regional, entende que o Governo não vai fazer uma boa gestão deste assunto e que, por isso, precisa de um voto de recomendação da Assembleia.

Portanto, eu acho que isso não é adequado. Eu confio que este Governo ou outro que estivesse antes nesta matéria, porque está em causa a gestão do erário público, fará, com certeza, as opções mais adequadas, em tempo, conforme elas forem surgindo.

Eu, por exemplo, e a título só de exemplo, se aceitasse que esse voto de recomendação era o útil, era a mesma coisa que eu recomendar, por exemplo, à minha mulher que faça comida em quantidade adequada ao meu agregado familiar.

Se eu não for fazer essa recomendação à minha mulher é porque entanto que ela faz a comida em quantidade adequada.

Portanto, se eu fizesse a recomendação, entendia que não era o momento, ou seja, não era a quantidade adequada; ao fazê-la estava a fazer-lhe uma crítica.

Portanto, eu, como neste momento, acho que não é adequado fazer essa crítica ao Governo relativamente a este assunto, não posso acompanhar, obviamente, este Projeto de Resolução.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Vamos então votar este Projeto de Resolução.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão?

O Senhor Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretário: O Projeto de Resolução colocado à votação foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CH, 1 da IL e 1 voto contra do Deputado Independente.

Presidente: Avançamos para o ponto 10 da nossa Agenda: **Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução n.º 144/XII – “Criação de um plano regional de poupança de energia e medidas de apoio às famílias e empresas para estabilização dos preços de bens e serviços”.**

É uma iniciativa apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Para justificar a urgência tem a palavra a Senhora Deputada Sandra Dias Faria.

(*) **Deputada Sandra Dias Faria (PS):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

A apresentação do Projeto de Resolução n.º 144/XII, prevê a “criação de um plano regional de poupança de energia e medidas de apoio às famílias e empresas para estabilização dos preços de bens e serviços.”

Entende o Grupo Parlamentar do Partido Socialista/Açores ser esta uma matéria que exige urgência na sua implementação, notando o facto do aumento dos custos energéticos fazer-se sentir já na fatura deste mês de janeiro.

A somar aos agravamentos de preços verificados em 2022, os novos aumentos anunciados para 2023 representam cerca de 4% nas instalações de baixa tensão destinadas às famílias e superior a 60% nas instalações de média tensão destinadas às empresas e à indústria.

Em resultado destes aumentos, certamente, os preços de bens e serviços dispararão para todos os açorianos, em cima dos aumentos já suportados desde há um ano, a esta parte.

A urgência em responder a esta questão com medidas objetivas claras e exequíveis é, para o Partido Socialista, manifesta. Basta atentar às dificuldades já sentidas por todos, em especial pelos mais fragilizados. E não! Não é só o PS a dizer isso. Temos de ouvir a sociedade civil e as

associações, quer auscultando diretamente, quer acompanhando o que nos chega pela comunicação social e estas, as empresas e as associações empresariais, têm-se feito ouvir frequentemente.

Vejam os exemplos: as reivindicações da Câmara de Comércio de Angra do Heroísmo, a propósito de medidas de apoio para as empresas, destacando a necessidade de auxílio para fazer face ao aumento dos custos energéticos.

Também a Federação Agrícola dos Açores alertou, logo no primeiro dia do ano, e cito, “as subidas programadas para a energia elétrica, devido ao efeito multiplicador que tem na economia, provocarão a curto prazo o aumento dos custos dos produtos e serviços na região e com isto a continuação das condições ideais para o crescimento das taxas da inflação.” Ou ainda o Fórum da Câmara Comércio e Indústria dos Açores, quando identificou como aspeto causador, séria apreensão, o acréscimo dos custos de contexto, especialmente movidos pelos custos energéticos, agora com particular relevo para o brutal aumento do preço da eletricidade para a produção.

Também a AICOPA, Associação de Industriais de Construção Civil e Obras Públicas dos Açores, evidencia os efeitos nefastos da conjuntura atual e aponta quatro aspetos que considera ser os mais danosos. À cabeça, aponta o aumento de cerca de 50% do custo da tarifa da eletricidade que, visa AICOPA, vai onerar os custos de contexto dos empreiteiros, dos fabricantes de produtos e materiais de construção.

E um último exemplo: a Delegação da Associação de Hotelaria de Portugal transmitiu a preocupação com o atraso no processo de avaliação das candidaturas ao Solenerge, oportunidade aproveitada por unidades hoteleiras que agora aguardam o reembolso do investimento feito, coincidindo com o aumento com o aumento da tarifa energética, que no caso deste setor, refere-se à média tensão que irá sofrer um aumento substancial de 60%.

Esses são os Açores reais.

Pela nossa parte, há muito que vimos alertamos. Apresentamos uma medida que visava a criação de um programa de apoio, aumento dos custos de produção das empresas, coparticipando o aumento do custo de aquisição de fatores de produção, desde que esse aumento não se refletisse no preço de venda.

Já em novembro, apresentámos um Plano de Emergência Social e Económico dos Açores.

É urgente dar respostas às famílias e às empresas. É urgente evitar que as empresas fiquem estranguladas, colocando em risco postos de trabalho.

Sendo uma medida que, beneficiando as empresas, beneficiará também as famílias através da contrapartida da contenção dos preços de bens e serviços.

É urgente aumentar estes aumentos.

Para muitas famílias, não está apenas em causa pagar mais. Para muitas famílias significa escolher o que comprar e o que deixar atrás, sacrificando a aquisição de bens essenciais.

Por tudo isto, a urgência na apresentação e discussão deste diploma é para nós, clara e evidente.

Disse.

Voices de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Obrigado, Senhora Deputada.

Está justificada a urgência. Pergunto se há inscrições no âmbito da urgência?

Senhora Deputada Vera Pires, faça favor.

Deputada Vera Pires (BE): Prescindo, Senhor Presidente.

Presidente: Vamos então votar.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam com este pedido de urgência, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O pedido de urgência colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovada a urgência, dou novamente a palavra à Senhora Deputada Sandra Dias Faria, para apresentação da iniciativa.

Considera que está apresentada.

Estão abertas as inscrições.

Senhor Deputado Carlos Freitas, faz favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Freitas (PSD):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo Regional, Senhora e Senhor Secretário Regional:

Este tema da energia e da transição energética é, sem dúvida, uma prioridade para este Governo Regional, como vem plasmado no seu programa do Governo.

E como ainda dizia há poucos dias o Senhor Secretário-Geral da ONU, o qual cito (e concordo com as declarações):

“A única via credível para evitar uma catástrofe climática são os recursos às energias renováveis. São as energias renováveis que podem salvaguardar o nosso futuro, aproximar o fosso no acesso à energia, estabilizar os preços e garantir a segurança energética.”

Pois bem, este tem sido o caminho traçado por este Governo Regional e com grande enfoque numa série de tomadas de medidas que estão em curso.

E a verdade é que nesta matéria, como em outras, este Governo, passa da teoria aos atos, como está bem plasmado na nossa realidade.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: E vai em linha de conta com o Plano de Recuperação e Resiliência, que identifica a aposta na produção das energias renováveis nos

edifícios como uma prioridade estratégica com vista à recuperação económica, em consonância com os pressupostos da promoção energética, principalmente por via do autoconsumo e, neste caso, em concreto, temos uma grande medida implementada por este Governo, que é o chamado Solenerge.

O Solenerge é um caso de sucesso na nossa Região.

Foi regulamentado, foi regulamentado em setembro de 2022, passado quatro meses, temos quase 1.400...

Deputada Sandra Dias Faria (PS): Aprovadas?

O Orador: ... intenções de investimento.

Deputado Carlos Silva (PS): Intenções!

O Orador: Em apenas 4 meses!

Para os mais esquecidos, o Solenerge não é mais do que um apoio a 100%,...

Deputado Carlos Silva (PS): Qual é o prazo que está no DLR?

O Orador: ... em termos de aquisição e instalação de painéis fotovoltaicos até 1500 euros por quilowatt instalado, num valor global 19 milhões de euros, para uma produção elétrica de 12,6 megawatts.

E até nesta iniciativa, o Partido Socialista pintou um cenário negro de alarmismo, como é seu apanágio, aquando da apresentação deste diploma, mas que mais uma vez em nada se veio a verificar e até à data, como acabei de dizer, está sendo mesmo um caso de sucesso.

Voices de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: E gostava de salientar e em complemento ao Solenerge, a proposta que o Governo Regional pretende implementar ao Proenergia, no sentido de aumentar a comparticipação em termos de armazenamento de energia, neste caso nas baterias, para 85% para aquelas pessoas, para famílias e empresas que se candidataram ao Solenerge. É mais uma excelente medida por parte deste Governo Regional.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O Partido Socialista diz no seu Projeto de Resolução que a 18/05/2022, a Comissão Europeia fez uma comunicação ao Parlamento Europeu, ao Conselho Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, por via da qual apresentou um Plano REPowerEU, que tem como uma das principais prioridades a aceleração da transição energética.

Pois bem, até nesta situação, o Governo Regional joga por antecipação, uma vez que a 25/05/2022, foi publicado o DLR do Solenerge.

E ainda nas medidas e iniciativas que este Governo tem tomado, queria fazer referência ao Plano de Mobilidade Elétrica que teve origem nos Governos do Partido Socialista, mas também é verdade que sofreu excelentes melhorias por parte deste Governo Regional. E refiro-me ao aumento da comparticipação, que passou de 3.900 euros para 4.550. Refiro-me também à possível elegibilidade de veículos elétricos adquiridos por leasing, como também uma majoração para pessoas que adquirem veículos elétricos, portadoras de deficiência, e também uma majoração no abate de viaturas a combustão, que foi um aumento de 500 euros por viatura (passou de 250 para 750 euros).

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E importa salientar também a assinatura do contrato, na semana passada, pela Senhora Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, com a empresa Hazortop, Lda., relativa à instalação de mais 40 pontos de carregamento para viaturas elétricas nos Açores.

Ficam os Açores com a capacidade de 86 equipamentos distribuídos pelas 9 ilhas dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O processo de instalação de pontos de carregamento de acesso público, como os incentivos à utilização de veículos elétricos, por parte do Governo Regional, tratam-se de alternativas ao modo convencional de transporte baseado em combustíveis fósseis e mais uma oportunidade para promover o desenvolvimento sustentável da nossa Região e a sua preservação como destino de natureza.

A tudo isto acresce o enorme investimento por parte da EDA em todas as ilhas dos Açores, tanto na produção de energia a partir de fontes renováveis, como também para o seu armazenamento. Um investimento superior a 300 milhões de euros.

Importa referir que com este Governo todas as ilhas têm a capacidade de produzir energia elétrica a partir de fontes renováveis, ao contrário do Partido Socialista, que na sua altura, o Corvo não possuía.

E mais uma prova de que este Governo Regional está preocupado com as questões energéticas, temos as ações de sensibilização e de formação, nomeadamente dos Açores na Rota da Energia,...

Deputado Carlos Silva (PS): Uma ação de formação, naturalmente!

O Orador: ... que vão ocorrer nas nove ilhas dos Açores, com o principal objetivo de promover o aprofundamento de conhecimentos em matéria de eficiência e poupança energética, a importância de ler e interpretar também faturas elétricas e a nova etiqueta da energia.

E ainda no que concerne ao diploma em discussão, importa referir que, aquando da apresentação do recente “Programa Mais”, por parte do Governo, para fazer face a esta crise inflacionista, o Senhor Presidente do Governo comprometeu-se, e bem, que vai continuar a insistir junto do Governo da República e da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos para que os empresários e as famílias não sejam penalizados pelos aumentos elevadíssimos das tarifas de eletricidade.

Em jeito de conclusão, gostaria de dizer que fico perplexo com esta forma de fazer política do Partido Socialista, um partido que enquanto esteve no Governo ficou-se por apenas 38% em termos de capacidade de produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis,...

Deputado Carlos Silva (PS): E agora quanto é?

O Orador: ... quando se tinha comprometido com 54%, até 2020, um aumento de menos meio ponto percentual, por ano.

Deputado Carlos Silva (PS): E agora é 34%!

O Orador: E a verdade é que estão a ser implementadas uma série de estratégias, para benefícios para as empresas e para as famílias, não sendo a subsidiação de tudo e mais alguma coisa a solução dos problemas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Carlos Silva (PS): O Solenerge é o quê? É um subsídio!

O Orador: Esse tipo de política levou-nos a resultados desastrosos na nossa Região.

Obrigado.

Voices de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado José Pacheco.

(* **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhora e Senhor Membros do Governo:

De forma rápida, na conceção do Chega, ou na minha conceção pessoal, há uns que governam, há uns que fazem oposição.

O que eu estou a ver aqui é uma recomendação, um alerta ao Governo Regional.

Aliás, na minha conceção, acrescento, na conceção do que é democracia. Só que ao longo deste tempo que aqui estou, e das semanas que aqui vamos passando, até às vezes, parece que nada disso é verdade: o passo a culpa, etc..

O PS apresenta uma recomendação que nós concordamos.

O PSD defendeu-se, mostrou uma série de coisas que estão em execução e que vão ser executadas.

Eu não vejo aqui muito mais para discutir que não seja isso. Está aqui dito o que é que se deve fazer. Já disseram o que é que estão a fazer.

Isso para mim basta e penso que para os açorianos devia bastar.

Toda a discussão, que às vezes eu chamo “a discussão de café”, pois nada acrescenta ao debate.

Nada acrescenta ao debate, e só baralha a cabeça das pessoas.

Para mim fazer política é esclarecer as pessoas.

Para mim fazer política não é baralhar as pessoas.

E é neste sentido que vou apoiar esta recomendação que o PS faz ao Governo Regional, e bem, porque é o papel da oposição.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente e Membros do Governo:

O Partido Socialista apresenta um Projeto de Resolução que tem, entre os considerandos, esta frase:

“Infelizmente, torna-se claro, mais uma vez, que o tempo das famílias e das empresas açorianas não é o tempo deste Governo Regional do PSD/CDS-PP/PPM, apoiado pelo CH e pela IL, e a urgência da tomada de decisão e da implementação...”

Isto é de quem não quer ver a sua a sua iniciativa aprovada.

É de quem coloca acima do conjunto de medidas que estão aqui propostas, de quem quer alimentar um clima de guerrilha, de quem quer provocar, porque sabe que esta parte é publicada também, e portanto, nós estamos a votar favoravelmente um documento que contém uma crítica, quer ao Governo, quer aos Grupos Parlamentares, quer também até o Chega e à Iniciativa Liberal. Ou seja, criar as condições para criar aqui um caso político e criar as condições, para dividir os açorianos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Pois bem, o esforço de Vossas Excelências está condenado ao fracasso, porque da nossa parte nós o que colocamos acima de tudo, e até das provocações, é os interesses dos Açores.

Os senhores estão aqui a fazer um conjunto de propostas que ou já estão feitas, ou estão a ser implementadas, ou o Governo planeia fazer. Nenhuma novidade!

Por isso, da nossa parte, é um voto favorável, apesar de não ser esse o objetivo de Vossas Excelências e apesar das provocações que aqui estão.

Mas como nós fazemos política a favor dos açorianos, e como nós fazemos política a pensar sempre no povo dos Açores, nós vamos votar favoravelmente esta iniciativa.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Senhora Deputada Vera Pires, faça favor.

(*) **Deputada Vera Pires (BE):** Senhor Presidente, começo por pedir desculpa pela minha provada inexperiência quando tentei inscrever-me há bocadinho, no momento errado.

Deputado Nuno Barata (IL): Está desculpada!

A Oradora: Muito obrigada.

E passo ao que estamos a discutir agora.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhor e Senhor Membro do Governo:

No contexto da invasão da Ucrânia pela Rússia, os níveis de inflação atingiram valores que não se verificavam há décadas, tendo a taxa de variação média do índice de preços no consumidor subido em 2022, e nos Açores, para 5%.

A subida dos preços, em particular no setor da energia e nos bens alimentares, provoca uma quebra significativa do poder de compra dos açorianos e das açorianas, e cabe à Região implementar medidas para atenuar os impactos deste aumento do custo de vida.

O Bloco de Esquerda tem demonstrado forte preocupação com este problema e, inclusive, já apresentou propostas com o objetivo de combater os efeitos da inflação na nossa Região, tendo proposto, nomeadamente:

A atualização do valor da remuneração complementar, de forma a permitir a compensação total da perda do poder de compra;

A utilização do regime jurídico de preços, definindo margens máximas de comercialização de bens alimentares, bem como um acréscimo no montante do salário mínimo.

Portanto, não só concordamos, como consideramos ser necessária e urgente a definição de medidas para que as pessoas possam suportar o aumento geral dos preços de bens e serviços e, no caso em particular, da iniciativa que aqui nos é trazida pelo Partido Socialista, com incidência no setor da energia.

No entanto, no que diz respeito a esta proposta de um sistema de apoio às empresas através da compensação do aumento dos custos da energia, há demasiados aspetos, no nosso entender, que ficam em aberto.

Não está nele definido que empresas terão acesso a estes apoios, em que sectores, nem durante quanto tempo.

E a verdade é que há setores que estão já a lucrar com a inflação e não podemos concordar que estes setores possam vir a beneficiar dos apoios propostos nesta iniciativa.

O que queremos, o que o Bloco de Esquerda quer, é mitigar os efeitos da inflação na vida dos açorianos e das açorianas, garantindo que não haja aumento nos preços dos bens e serviços essenciais. Esta proposta não garante que fique inviabilizada a exploração dos consumidores e, como tal, não podemos acompanhar este Projeto de Resolução.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Tem a palavra a Senhora Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas. Faz favor, Senhora Secretária Regional.

(*) Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Muito obrigada.

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhor Secretário Regional:

O Partido Socialista traz-nos aqui uma resolução em que propõe a criação de um plano regional de poupança de energia e medidas de apoio às famílias e empresas para estabilização dos preços de bens e serviços.

Esta questão da poupança de energia e do plano de poupança energia já foi aqui discutida, aquando de um conjunto de perguntas feito ao Governo sobre a energia.

E foi inclusivamente levantada a questão, porque é que a região não adotava o plano nacional?

Isso foi bem explicado: porque o contexto é diferente, porque as circunstâncias são diferentes e nós temos as nossas próprias medidas, os nossos próprios objetivos e as nossas próprias ações.

Primeiro, porque o plano nacional tinha a ver com a seca inicialmente do território nacional, uma seca prolongada,

Depois porque tem a ver com a falta e o problema do gás natural que tem a ver com o conflito armado na Europa e só no terceiro ponto do plano de poupança de energia nacional é que se fala efetivamente de plano de poupança, com um conjunto de recomendações, que não são mais do que isto, desde reduzir o consumo de energia, a climatização dos espaços, promover o teletrabalho, capacitar os técnicos da administração pública para dinamizar e monitorizar ações de sensibilização e de eficiência na utilização dos recursos, promoção local da eletricidade a partir de fontes de energia renovável.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

A Oradora: Isto depois é replicado para a administração central, administração local e empresas, sempre a título de recomendação, sobretudo nas empresas.

Nós, nos Açores, entendemos que mais do que falar em poupança de energia, temos de falar em eficiência energética. Eficiência, é composta pela poupança, mas é mais do que isso, muito mais do que isso: tem a ver com a transição energética, tem a ver com as fontes renováveis de energia, tem a ver com a capacidade de sermos mais autónomos em termos de produção elétrica, por fontes de energia renovável e endógena.

E é nesse sentido que nós temos estado a trabalhar. E que ações temos nós nessa matéria?

Desde logo, ações de sensibilização, já aqui referidas, temos 76 ações programadas ao longo de dois anos para sensibilizar as escolas, os técnicos municipais, os técnicos da administração pública, os técnicos das empresas privadas, todos que queiram, o público em geral e as famílias em geral, que queiram assistir essas ações de sensibilização que são designadas por um projeto “Açores na rota da energia”...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E muito bem!

A Oradora: ... para podermos criar uma certa literacia relativamente à utilização da energia e à utilização também das fontes renováveis e de uma transição energética que todos desejamos.

Portanto, esta situação está perfeitamente enquadrada, equacionada e em curso e agora mesmo, no dia 25, na Graciosa, teremos uma ação sobre esta matéria e integrada neste programa “Açores na rota da energia”.

Temos também ações ao nível da poupança nos edifícios públicos, ao nível da poupança na eficiência dos projetos para reabilitação de edifícios a nível regional.

Temos para o plano de ação, que está a ser revisto, de eficiência energética, o plano de mobilidade elétrica, o conjunto de metas a atingir na estratégia da energia de forma a chegarmos a 70% de energias renováveis em 2030.

Portanto, tudo isto são situações que estão em curso para além daquelas que aqui já foram faladas e são eventualmente as mais importantes do ponto de vista estratégico, que são os sistemas de apoio à transição energética, desde logo autoprodução e autoconsumo, como é o caso do Solenerge e do Proenergia. Temos também os incentivos à mobilidade elétrica e teremos, brevemente, com a entrada em vigor do PO 2030 outros incentivos, relacionados com o novo Quadro Comunitário de Apoio e enquadrados nos novos regulamentos.

Esses ainda não temos detalhes, mas obviamente que haverá sistemas de incentivos para a produção de autoconsumo e eficiência energética, ao nível do PO 2030.

Portanto, temos um conjunto de ações que, para além de participarmos em vários projetos europeus que são essenciais para nós acompanharmos a evolução tecnológica e a troca de conhecimentos e de novas soluções, nesta área da energia.

Portanto, eu diria que nós somos orientados para os objetivos.

Deputado Carlos Silva (PS): E os resultados?

A Oradora: Temos ações e temos medidas.

Se não temos um plano, juntamos isto e fazemos um plano.

Se o problema dos senhores é ter um plano, a gente faz um plano.

Ter um plano sem medidas é que é um problema; ter medidas e fazer das medidas um plano, isso não é problema nenhum. Isso faz-se de uma hora para outra.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado Carlos Silva (PS): Geralmente isso é uma desculpa!

A Oradora: Portanto, podem estar tranquilos que sobre essa matéria nós estamos absolutamente alinhados com as nossas preocupações e os nossos objetivos.

Portanto, facilmente cumprimos aquilo que é a recomendação, caso esta câmara venha a aprovar esta resolução.

Deputado Carlos Silva (PS): E a taxa da demora dos apoios ao Solenerge?

A Oradora: Relativamente ao apoio às empresas, queria, desde logo, apontar um facto em que nós somos percussores: nós temos um sistema de incentivos à autoprodução.

Em nenhuma outra região, nem sequer a nível nacional, existe um programa idêntico ao nosso Solenerge.

E eu sei isso, porque nós temos efetivamente dado a conhecer o nosso projeto em várias entidades nacionais e da nossa congénere na Madeira.

Portanto, vamos à frente nisso.

Temos o Proenergia em funcionamento. Há muitas empresas, neste momento (e aqui já foi referido a quantidade de candidaturas que temos), muitas famílias, mas também muitas empresas, tendo em conta esta nova realidade dos custos da energia, decorrentes de toda a situação internacional que bem conhecem, que já estão a fazer candidaturas para baixarem a sua fatura energética.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

A Oradora: Portanto, este é um programa orientado para isso que em boa hora e por antecipação, vem dar uma resposta a esta situação de custos de energia, sobretudo ao nível da baixa tensão, em especial, e da média tensão. Para além disso e além do programa Solenerge, nós temos orientado para as empresas um programa que está a ser configurado, já foi várias vezes falado nesta Casa (ainda ontem, foi falado) que é o “Programa Mais”, que é um mecanismo de apoio às empresas para apoiar os seus custos de produção, e aqui também temos a forma de compensar as empresas pelo acréscimo dos custos de produção, sejam eles com os seus funcionários, trabalhadores e colaboradores, seja com os custos de energia, seja com outros custos de produção, porque os custos de produção são vistos numa empresa, obviamente, em termos globais.

Para as famílias, nós temos naturalmente o apoio social. Temos, desde logo, a tarifa social, que é a nível nacional, mas para além disso, temos um apoio extraordinário de cariz social, previsto no Plano para o próximo ano 2023 (o Plano de 2023) para mitigar, e está expressamente assim referido na descrição do programa:

“Um apoio extraordinário de cariz social para mitigar o impacto da inflação nos agregados familiares mais vulneráveis, apoiando os custos mensais com a fatura energética” – Programa e a ação 2.2.16 com 400 mil euros no Plano de 2023.

Portanto, não estamos aqui a aguardar que nos façam essa recomendação.

Nós estamos a trabalhar, nós temos as nossas medidas no terreno, nós temos programado os apoios para as empresas e para as famílias e, portanto, nesse aspeto estamos absolutamente tranquilos e esta recomendação já peca por tardia, porque as nossas medidas já estão em prática.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Secretária Regional.

Pergunto se há mais inscrições?

Senhor Deputado Pedro Pinto, faça favor.

(* Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Uma primeira palavra em relação à iniciativa que nos é apresentada.

Tal como o Senhor Deputado do Partido Popular Monárquico, Senhor Deputado Paulo Estêvão, já aqui referiu, há sempre uma manhazinha, uma provocaçãozinha.

Se não discutirmos a essência do diploma, vamos discutir a provocação.

Portanto, relativamente a essa provocação, ela está aqui, está escrita, há de ser publicado em Jornal Oficial e vai ser aprovada por nós.

Portanto, há de ficar para a posteridade aquilo que o Partido Socialista é capaz de fazer.

Vamos então àquilo que é a essência do debate, que é a energia e o aumento dos custos da energia.

Deputada Ana Luís (PS): O Senhor Deputado Pedro Pinto deve estar a ter ilusões das últimas legislativas!

O Orador: Ora, o aumento dos custos da energia que se está a verificar e que vai começar a chegar às famílias e às empresas, por estes dias, no final deste mês, é um aumento tremendo, decidido pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos.

Não é um aumento decidido por este Parlamento. Não é um aumento decidido pelo Governo Regional.

É um aumento decidido por uma entidade externa, que usa determinados critérios, que são critérios que não se adequam à realidade regional.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Senhor Presidente do Governo, exorto Vossa Excelência a usar dos bons ofícios junto desta entidade para que ela entenda que os Açores são nove ilhas, nove pedaços de terra separados.

Não é possível ligá-los através de um cabo energético.

É necessário haver nove centrais de produção de energia. E, portanto, isso é uma grande condição que condiciona bastante a produção de energia e, consequentemente, os custos da energia.

E é por esse facto, por isso não se adequar às normas que a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos decidiu adotar, que o aumento nos Açores, é um aumento tremendo, que vai sobrecarregar muito as famílias e muito as empresas.

Deputado António Lima (BE): Não é só nos Açores!

O Orador: Portanto, Senhoras e Senhores Deputados, o poder de compra das famílias vai ser afetado, as empresas vão ter que refletir este aumento de custos nos seus produtos, nos seus bens e nos seus serviços, o que vai afetar ainda mais o poder de compra das famílias.

Portanto, estamos aqui com um problema ao qual é necessário acudir, mas com muito bem já disse a Senhora Secretária Regional, já há medidas e já estão a ser implementadas, como, por exemplo, o Solenerge, como por exemplo, o Proenergia, e outros programas que não vou repetir e que a Senhora Secretária, muito bem, elencou na sua última intervenção.

Portanto, é imperativo fazermos nos Açores uma transição energética, uma transição energética para fontes de energia renováveis, para diminuir o máximo possível a nossa dependência de fontes de energia fósseis, sabendo que, infelizmente, dada a nossa geografia, não podemos nunca abdicar da produção de energia a partir de fontes térmicas.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Senhora Deputada Sandra Dias Faria, faça favor.

(*) Deputada Sandra Dias Faria (PS): Muito obrigada.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhores Membros do Governo:

Apenas alguns esclarecimentos após as intervenções que foram aqui proferidas e fazer a distinção entre aquilo que são medidas de transição energética e de eficiência energética, que são meritórias e necessárias, e são políticas que vêm a ser desenvolvidas na Região Autónoma dos Açores há anos.

O Solenerge é um exemplo destas medidas que fomenta a transição energética e a eficiência energética. Não se pode confundir com medidas transitórias, emergentes, de apoio às famílias, às empresas, num contexto de grande dificuldade.

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

A Oradora: Portanto, uma coisa será falar de políticas de médio e longo prazo e outra coisa é falar de políticas temporárias, emergentes, para dar solução a um problema efetivo que as empresas e as famílias estão a sentir.

Quando se fala do Solenerge e falou-se muito do número de candidaturas, precisamente 1364 candidaturas, já foram apresentadas, apenas 53 foram aprovadas. E temos aqui casos de empresas e de famílias que já investiram, que estão à espera de reembolso e que, neste momento, estão confrontadas com aumentos, no caso das indústrias e das empresas, na ordem dos 60%.

No final, isto vai refletir-se nos preços de bens e serviços que irão prejudicar novamente as famílias, e esta é a nossa preocupação. É com esta preocupação que o Partido Socialista apresenta este Projeto de Resolução, e não outro.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

A Oradora: Vimos já desde novembro de 2021 alertando para essa situação, primeiro com os constrangimentos nas cadeias de abastecimento que se fez sentir ao nível da inflação, e em fevereiro de 2022 com a guerra da Ucrânia isto veio a acentuar-se.

Estamos em janeiro de 2023 e nesta área, Senhora Secretária, nada foi feito para, atempadamente...

Deputado Carlos Freitas (PSD): Não é verdade!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Como é que nada foi feito?

A Oradora: Transição energética é uma coisa, políticas de apoio às empresas e famílias para um contexto de inflação..

Deputado Carlos Freitas (PSD): Também não é verdade!

A Oradora: ... é outra, muito menos quando o programa é implementado e não há capacidade de resposta. É disto que falamos, que temos 1364 candidaturas, 53 aprovadas.

Portanto, deixar apenas a nota de que face a este adiamento por parte do Governo para responder a estas necessidades, nós trouxemos este Projeto de Resolução.

Efetivamente essa é a nossa preocupação, dar uma resposta o mais rápido possível às empresas e às famílias.

Nós podemos estar aqui a pôr em causa postos de trabalho e no final, novamente, as famílias serão as penalizadas.

Tenho dito. Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo vamos passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Senhores e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

A Senhora e os Senhores Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Senhora e os Senhores Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projeto de Resolução n.º 144/XII, foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CH e 1 da IL, 2 votos de abstenção do BE e 1 do Deputado Independente.

Presidente: Vamos avançar na nossa Agenda. O ponto 12 já foi apresentado. Avançamos para o ponto 13: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 145/XII – “Recomenda ao Governo Regional a utilização do Regime Jurídico de Preços”.**

É uma iniciativa apresentada pela Representação Parlamentar do CH.

Tem a palavra o Senhor Deputado José Pacheco, para apresentar a urgência.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhora e Senhores Membros do Governo:

Senhor Presidente, nós fizemos uma substituição em que mantínhamos apenas a urgência em Comissão.

Presidente: Não é essa a informação que eu tenho, mas acredito que tenha feito.

Faz favor então só de justificar a urgência.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Muito obrigado.

Eu justifico a urgência dizendo o seguinte:

Se nós vivêssemos num mundo perfeito, nós não precisaríamos de governos, nós não precisaríamos da intervenção do Estado.

Cada um faria o que achava melhor e tudo seria justo e tudo seria digno, mas isto é um conto de fadas. Isso não existe.

Nós precisamos do Estado, nós precisamos da intervenção do Estado e nós precisamos de fiscalizar também as coisas.

O que nos traz neste diploma, e também achamos que deve ir à Comissão e receber alguns contributos...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Faz bem! Resulta da maldade do homem!

O Orador: Eu não sou maldoso, por isso acho que os outros também não são. Mas compreendo, Senhor Deputado. Eu conheço muita mente maldosa e que apenas é maldosa.

Eu queria dizer com isto, também, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo, Senhor Presidente do Governo, que nós não podemos ignorar o que se está a passar.

Aumentam os combustíveis, é verdade!

Temos uma guerra, é verdade!

Mas também é verdade os relatos que eu recebo dos produtores que dizem: nós estamos a fazer um esforço imenso; nós estamos a absorver; estamos a assumir alguns custos, mas quando vemos os nossos produtos à venda, vemos com margens de 80, de 100, de 150, 200%, 300%.

Não se compreende, produtos produzidos em Portugal, que estão com margens de 100%.

Não se compreende que os lavradores tenham recebido 10, 15, 20 cêntimos de aumento, no litro de leite, e nas prateleiras dos supermercados tenha subido 30, 40, 50 cêntimos.

Nada disso se compreende!

É função do Estado também regular isto; é função do Estado fiscalizar isto.

Já existe a legislação. Falta nós pormos em prática, falta nós fazermos isto.

Isto é uma obrigação do Estado. Isto não é o que alguns acham que é comunismo, não é! Isto é uma obrigação e eu como homem de direita, como

pessoa de direita, acho que é urgente nós travarmos isso e trabalharmos todos.

Se este Parlamento serve para alguma coisa, serve para defender os açorianos.

Neste momento é que os açorianos sentem na algibeira o peso da politiquice e o peso do capitalismo selvagem que ainda ontem falámos sobre ele, é neste momento que nós temos que intervir.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos votar este pedido de urgência do Projeto de Resolução n.º 145/XII.

As Senhoras e o Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O pedido de urgência colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Encerrámos assim a nossa Agenda. Proposta de Deliberação Final:

“A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de janeiro”

As Senhoras e o Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A Proposta de Deliberação Final foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado.

Estão encerrados os nossos trabalhos.

Boa tarde a todos e bom regresso às vossas casas.

Eram 15 horas e 49 minutos.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

Carlos Emanuel Rego Silva

Partido Popular (CDS/PP)

Catarina Oliveira Cabeceiras

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto

Rui Miguel Oliveira Martins

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

(*) Texto não revisto pelo orador

Documentos entrados

Listagem da correspondência:

1- Projetos de Resolução:

N.º 145/XII

Assunto: [Recomenda ao Governo Regional a utilização do regime jurídico de preços](#)

Proveniência: CH

Data de Entrada: 2023 – 01 – 17

Comissão: -----

URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

2- Requerimentos:

Assunto: [Porto Comercial das Lajes das Flores](#)

Autores: António Lima e Vera Pires (BE)

Data de Entrada: 2023 – 01 – 17

Referência: 54.06.08 – N.º 542/XII;

Assunto: [Apesar dos sucessivos anúncios do Governo Regional da Direita os graciosenses ficam com menos um médico](#)

Autores: José Manuel Ávila e Manuel Ramos (PS)

Data de Entrada: 2023 – 01 – 17

Referência: 54.02.04 – N.º 543/XII;

Assunto: [Nomeações de familiares na Secretaria Regional da Agricultura](#)

Autor: José Pacheco (CH)

Data de Entrada: 2023 – 01 – 17

Referência: 54.09.00 – N.º 544/XII;

Assunto: [Santuário Animal - Pico](#)

Autores: António Lima e Vera Pires (BE)

Data de Entrada: 2023 – 01 – 18

Referência: 54.06.06 – N.º 545/XII.

3- Informações:

Assunto: Correspondência por correio eletrónico a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o Voto de Congratulação – À Escola Básica e Secundária de Velas – Pela Comemoração do 50.º Aniversário, apresentado na sessão ordinária da Assembleia Municipal de Velas do dia 12 de dezembro de 2022, pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, aprovado por unanimidade, a que se associaram os Grupos Municipais do Partido Popular e Representações da Coligação Democrática Unitária

Proveniência: Lena Felicidade Pereira Amaral, Presidente da Assembleia Municipal de Velas

Data de Entrada: 2023 – 01 – 05;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico, com a ref.^a n.º 6, a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores dois Votos de Pesar pelo falecimento de Alvarino Manuel de Meneses Pinheiro

Proveniência: Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha, Presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo

Data de Entrada: 2023 – 01 – 12;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico a comunicar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que passa a desempenhar o cargo de Deputado, pelo círculo eleitoral da ilha do Pico, em regime de não exclusividade, com efeitos a partir de 11 de janeiro de 2023

Proveniência: Marco Costa, Deputado do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2023 – 01 – 16;

Assunto: Ofício a solicitar a Sua Excelência o Presidente da ALRAA a substituição integral do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 78/XII (PAN) – Eco taxa marítima

Proveniência: Pedro Neves, Representação Parlamentar do PAN

Data de Entrada: 2023 – 01 – 18;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que a CAS em reunião de 6 de janeiro de 2023, deliberou aceitar o requerimento da primeira subscritora da Petição 35/XII – Pela manutenção de todos os cargos que o Dr. António Salgado de Almeida desempenha na Unidade de Saúde da Ilha do Corvo (USIC), para dar por finda a aludida petição, conforme email da D. Célia Marina Fraga Nunes, enviado à ALRAA em 28 de dezembro de 2022

Proveniência: Joaquim Machado, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2023 – 01 – 18;

Assunto: Ofício a solicitar a Sua Excelência o Presidente da ALRAA a substituição integral do Projeto de Resolução n.º 145/XII (CH) – Recomenda ao Governo Regional a utilização do regime jurídico de preços

Proveniência: José Pacheco, Representação Parlamentar do CH

Data de Entrada: 2023 – 01 – 19;

Assunto: Ofício a solicitar a Sua Excelência o Presidente da ALRAA a substituição integral do Projeto de Resolução n.º 143/XII (BE) – Denúncia do acordo entre a Região e a BENCOM para o fornecimento de fuelóleo e início de novo processo de contratação pública

Proveniência: António Lima, Grupo Parlamentar do BE

Data de Entrada: 2023 – 01 – 19;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico, com a ref.ª n.º 2/2023/GR, a agradecer a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o Voto de Pesar pelo falecimento do Professor Doutor António Manuel Bettencourt Machado Pires

Proveniência: Nicole Maestri, Chefe de Gabinete em exercício do Magnífico Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis

Data de Entrada: 2023 – 01 – 19.

4- Relatórios:

Assunto: [Sobre o Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2023, “Uma União firme e unida”, e sobre as iniciativas europeias sobre as quais a Região pretende pronunciar-se](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2023 – 01 – 20.

5- Diários:

Consideram-se aprovados nesta Sessão Plenária os Diários n.ºs 85, 86, 87 e 88.

A redatora: Maria da Conceição Fraga Branco